

revista

# poli

saúde  
educação  
trabalho

Ano XIV — Nº. 81 — jan./fev. 2022

FECHAMENTO AUTORIZADO - PODE SER ABERTO PELOS CORREIOS



Mala Direta  
Básica

9912450139/18-DR/RJ  
Fiocruz

Correios

## ENTREVISTA

Débora Goulart analisa Reforma do Ensino Médio, que começa a valer em 2022

## SAÚDE E EDUCAÇÃO

O que é necessário para uma volta segura às aulas presenciais?



# BOLSA FAMÍLIA

★ 2004 † 2021



Promover atividades de ensino, pesquisa, comunicação, desenvolvimento tecnológico e cooperação na área de Educação Profissional em Saúde: essa é a missão da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz. A EPSJV atua, portanto, com o segmento educacional que corresponde à maioria dos profissionais de saúde no Brasil.

---

Conheça o

# Poli

---

Criada em 1985, no contexto da Reforma Sanitária Brasileira, a Escola nasceu para defender que a educação também era um direito e que a formação dos trabalhadores de nível médio deveria ser integral, preocupando-se não só com os conhecimentos específicos para a prática profissional mas também com os condicionamentos históricos e sociais do mundo do trabalho em saúde.

[www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)

Ano XIV - Nº 81 - jan./fev. 2022

Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde ISSN 1983-909X

**Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos**

Talita Rodrigues

**Editora**

Cátia Guimarães

**Repórteres**

André Antunes / Cátia Guimarães / Juliana Passos / Viviane Tavares

**Projeto Gráfico**

José Luiz Fonseca Jr.

**Diagramação**

José Luiz Fonseca Jr. / Marcelo Paixão / Maycon Gomes

**Capa**

Maycon Gomes

**Mala Direta e Distribuição**

Valéria Melo / Tairone Cardoso

**Portal EPSJV**

André Antunes

**Mídias Sociais**

Leonardo Couto

**Comunicação Interna**

Júlia Neves / Talita Rodrigues

**Editora Assistente de Publicações**

Gloria Carvalho

**Assistente de Gestão Educacional**

Solange Maria

**Tiragem**

12.000 exemplares

**Periodicidade**

Bimestral

**Gráfica**

Imprimindo Conhecimento

**Conselho Editorial**

Alda Lacerda / Alexandre Moreno / Ana Cristina dos Reis / Anamaria Corbo / Carolina Dantas / Cristiane Sendim / Edilene Pereira / Etelcia Molinaro / Ingrid D'avilla / Letícia Batista / Marcia Valéria Morosini / Monica Vieira / Paulea Zaquini / Raquel Moratori / Tiago Lopes



**RADAR DOS TÉCNICOS**

2

**PANORAMA**

4

**CAPA**

*Brasil se despede do Bolsa Família* 6

**EDUCAÇÃO**

*Volta às aulas presenciais: O que é preciso para um retorno seguro* 14

**SAÚDE**

*Guia de verão* 18

**ENTREVISTA**

*Debora Goulart - 'A reforma é cruel com os estudantes porque cria uma ideia de que, se fizerem tudo certo, eles vão ter sucesso'* 22

**ENVELHECIMENTO**

*Um país mais velho: o Brasil está preparado?* 28

**O QUE É, O QUE FAZ?**

OIT 31



/EPSJVfiocruz



@epsjv\_fiocruz



@EPSJVfiocruz



EPSJV/fiocruz

Receba a Poli: formulário pelo site [www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista](http://www.epsjv.fiocruz.br/recebaarevista)

**Endereço**

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 306  
Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos, Rio de Janeiro CEP.: 21040-360  
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 comunicacao@epsjv.fiocruz.br

Assine nosso boletim pelo site [www.epsjv.fiocruz.br](http://www.epsjv.fiocruz.br)



## Violência no campo dispara em 2021 já em dados parciais

Em dezembro, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou dados parciais da violência no campo em 2021. Mesmo com dados que vão até agosto, os casos relatados já foram superiores aos de 2020. Foram 418 territórios alvos de violência, nos quais ocorreram 26 assassinatos, um aumento de 30% em relação ao ano anterior. A Amazônia Legal foi a região onde ocorreram 20 desses assassinatos. As mortes consequentes de conflito saltaram de nove, em 2020, para 103 em oito meses de 2021. Quase todas as mortes (101) foram em territórios Yanomami. Do total de territórios em que foram registradas violências, 28% são indígenas; 23% quilombolas; 14% são territórios de posseiros; 13% são territórios de trabalhadores sem-terra, entre outros. A “destruição de casa” aumentou 94%, “destruição de pertences” 104%, “expulsão” 153%, “grilagem” 113%, “pistolagem” 118% e “impedimento de acesso às áreas de uso coletivo” aumentou 1.057%. O relatório também informa que as ações de resistência dessas populações voltaram a subir, após queda na pandemia. O número de famílias em ocupações e retomadas registrado em 2021 teve um aumento de 558,57%, passando de 519 para 3.418, o que já corresponde a mais que o dobro do número total de famílias registrado em todo o ano de 2020 (1.391). “Isso mostra que mesmo com o receio de contaminação pela Covid-19, essas famílias precisaram resistir para manter-se vivas e nos territórios tradicionalmente ocupados”, avalia a CPT.

Em entrevista ao jornal Brasil de Fato, o coordenador nacional da entidade, Ronilson Costa, atribui as mortes à ausência de políticas públicas. “Os povos indígenas Yanomami relataram um número de mais de 100 indígenas, entre elas muitas crianças, morrendo por desse descuido”, declarou. Alguns deles estão presentes no relatório, como crianças que foram sugadas por dragas de garimpeiros, outras morreram afogadas em fuga durante troca de tiros com garimpeiros. Costa cita também o ódio propagado contra essas populações, que leva a atropelamentos “acidentais”. Segundo ele, o relatório computou alguns, mas o coordenador acredita que há uma subnotificação.



## Taxa de desemprego está entre as maiores do G20

Levantamento da agência calculadora de risco *Austin Rating*, feito a pedido do portal G1, aponta o Brasil na quarta posição entre os países do G20 com a taxa de desemprego mais alta. Os dados são referentes ao terceiro trimestre de 2021. A taxa de 13,2% é o dobro da média dos países analisados. Em situação pior do que a do Brasil estão apenas Costa Rica, Espanha e Grécia. No México, país de economia similar ao Brasil, esse índice está em 4%. A projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI) é que a taxa média de desemprego de 2021 fique em 13,8% e que caia lentamente nos próximos anos, chegando a 9,8% em 2025. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), a média de desemprego nos anos de 2014-2019 foi de 11,4%. Os dados estão presentes no editorial da revista mensal Conjuntura Econômica escrito pelo diretor do Instituto, Luiz Guilherme Schymura, publicada em outubro passado. Na avaliação de Schymura, o desemprego afetou principalmente os trabalhadores autônomos e com menor nível de escolaridade e coloca a criação de empregos como desafio para 2022-2026. No editorial de dezembro, ele destacou, a partir de dados coletados por

pesquisadores do Ibre, que o grande motor de crescimento do emprego em outros anos foi o setor de serviços, que apresenta maior instabilidade e uma média de salários no valor de R\$ 1.803, enquanto a média geral é de R\$ 2.459. Na comparação entre o terceiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2021, a média da queda do emprego foi de 1,9%, enquanto no setor de serviços foi de 4,2%. Outro dado apontado pelo pesquisador em dezembro foi o aumento da escolaridade desses trabalhadores, que, no entanto, não se reverteu em uma melhor remuneração.



## Lei determina apoio emergencial à agricultura familiar

Após a derrubada do veto presidencial, o socorro às famílias agricultoras foi confirmado pela lei 14.275/2021. A lei Assis Carvalho II é resultado de mobilizações iniciadas já no começo na pandemia. Com a nova lei, os agricultores em situação de pobreza terão acesso ao auxílio liberado em parcela única de R\$ 2,5 mil por família, e R\$ 3 mil no caso de famílias chefiadas por mulheres. Também há concessão de R\$ 3,5 mil para projetos de cisternas ou tecnologias de acesso à água e previsão de novas linhas de crédito, sem taxa de juros e com dez anos de carência. Outra medida importante do projeto é a garantia de compra da produção dessas

famílias por parte da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e simultânea doação para comunidades em vulnerabilidade alimentar até dezembro de 2022. Essa compra terá o limite de R\$ 6 mil por unidade familiar produtora e R\$ 7 mil no caso de famílias chefiadas por mulheres.



## Lei libera uso do Fundeb pelo Sistema S

ROVENA ROSA / AGÊNCIA BRASIL

As mudanças no uso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foram aprovadas pela lei nº 14.276, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 27 de dezembro. A principal alteração, feita pela Câmara dos Deputados, é a participação do Sistema S como destinatário dos recursos. Em entrevista ao Portal EPSJV, o especialista em financiamento da educação Gabriel Grabowski, professor e pesquisador da Universidade Feevale, no Rio Grande do Sul, classificou essa aprovação como “enorme retrocesso” para a educação pública. “Incluir as escolas do Sistema S entre aquelas que poderão participar do rateio dos recursos públicos do Fundeb atende ao anseio do setor privado empresarial de acessar ainda mais os fundos públicos para seu benefício próprio. Serão menos recursos para a escola pública, enquanto as entidades do Sistema S engordarão seus orçamentos bilionários”, criticou. Segundo ele, a aprovação está articulada com a Reforma do Ensino Médio, que prevê uma ampliação das “parcerias” entre escolas públicas e o setor privado. “Cabendo ao Sistema S a preferência pela oferta dos itinerários [formativos] – especialmente o quinto itinerário, técnico-profissional – nas redes públicas, reduzindo os investimentos e gastos dos estados com as redes estaduais responsáveis pela oferta pública do ensino médio. Parcerias já firmadas e outras em andamento já são uma realidade para 2022”, ressaltou. A possibilidade de destinação de recursos do Fundeb para pagamento de psicólogos e assistentes sociais lotados nas redes públicas é outro aspecto polêmico proposto pela lei. O texto permite que Distrito Federal, estados e municípios utilizem para esse fim parte dos 30% dos recursos do fundo não vinculados ao pagamento dos salários dos profissionais da educação. “São profissionais muito importantes, defendemos sua atuação em equipes multiprofissionais nas redes escolares públicas, mas devem ser pagos com recursos das áreas da saúde, da assistência social, e não de manutenção e desenvolvimento do ensino. A possibilidade de usar recursos do Fundeb na sua remuneração contradiz o que está colocado no artigo 71 da LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação], que estabelece que despesas



com assistência social e a saúde dos educandos não constituem despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino”, defendeu a presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), Nalú Farenzena, em entrevista ao Portal EPSJV. O novo texto também estipula as condicionalidades para que matrículas de escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas possam ser contabilizadas nos recursos do Fundeb. Entre elas estão oferecer igualdade de condições para o acesso gratuito a todos os seus alunos; comprovar finalidade não lucrativa e aplicar seus excedentes financeiros em educação.



## Fiocruz cria programa para aumentar vacinação

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz) e a Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) assinaram um protocolo de intenções para implementar o projeto Reconquista das Altas Coberturas Vacinais. De acordo com o Portal Fiocruz, a iniciativa começará por 16 municípios do Amapá e 25 da Paraíba. O primeiro estado foi escolhido pelo fato de registrar os índices mais altos de casos de sarampo no país e o segundo pela facilidade logística, já que Instituto de Tecnologia em Fármacos (Bio-Manguinhos/Fiocruz) possui ampla rede de colaboração prévia com instituições paraibanas para a realização de estudos clínicos. O objetivo do projeto é contribuir para superar a dificuldade atual do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em alcançar as taxas de cobertura vacinal necessárias à imunidade coletiva das doenças para as quais existem imunizantes disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). Reportagem publicada na revista Poli nº 75 faz um balanço da criação do PNI e aponta desafios para cumprimento da cobertura vacinal. Na reportagem, a epidemiologista, Carla Domingues, coordenadora do programa entre 2011 e 2019, aponta como principal fator para essa queda

o fato de o programa ser “vítima de seu próprio sucesso”. Segundo ela, a erradicação de algumas doenças em função exatamente das altas taxas de vacinação que o país historicamente tinha, fez com que as gerações mais novas não tenham vivido a experiência de males como a paralisia infantil, por exemplo, e acabem relaxando na imunização, sem entender a importância de se manter a proteção. A queda da cobertura vacinal não é um problema apenas do Brasil e motivou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a colocar a hesitação vacinal como um dos dez maiores problemas de saúde pública em 2019.

## MEC LANÇA PORTARIA PARA INTEGRAR EJA E ENSINO TÉCNICO

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), lançou dia 1º de dezembro o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA Integrada - EPT). O programa foi publicado sob a portaria nº 962/2021. De acordo com nota do Ministério, o programa tem como finalidade contribuir para alcançar a Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece que no mínimo de 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas etapas do ensino fundamental e médio sejam integradas à Educação Profissional, de acordo com os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Essa meta foi proposta para 2024, mas dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apresentados na edição nº 80 da revista Poli, mostram que esse índice era de 1,8% em 2020. O programa começou a ser desenvolvido em 2019 pela SEB, até a portaria ser publicada, foram feitos 18 Termos de Execução Descentralizada com instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPCT). A portaria prevê a criação de uma chamada pública para a seleção de instituições que desejarem se inserir no programa e que será disponibilizada no

site do Ministério. Os requisitos para participar da seleção são a capacidade de ofertar pelo menos 300 matrículas nessa modalidade e, quando se tratar de cursos de formação continuada, oferecer 100 vagas para profissionais de educação (entre professores e gestores) com duração mínima de 100 horas, podendo ser oferecidas em modalidade a distância (EaD). A portaria permite que as instituições que integram a Rede EPCT façam parcerias com instituições privadas e condiciona o número de instituições selecionadas aos recursos disponibilizados pelo MEC ao programa EJA Integrada - EPT.

## CONGRESSO DERRUBA VETO DE REAJUSTE PARA AGENTES COMUNITÁRIOS

Em sessão realizada no dia 17 de dezembro, o Congresso derrubou o veto do presidente Jair Bolsonaro ao reajuste salarial previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para os agentes comunitários de saúde e de endemias (ACS e ACE). O reajuste foi publicado no Diário Oficial dia 28 de dezembro entre as determinações da LDO. Com isso, o piso de ACS e ACE passa de R\$ 1550 para R\$ 1750, um reajuste de 12,9%. A medida atende à lei nº 13.708 de 2018, que prevê reajuste anual para a categoria a partir de 2022, sem fixar porcentagem. Tramitam também no Congresso duas Propostas de Emenda Constitucional (PEC) importantes para as categorias: a PEC 22/11 e a 14/21. A mais antiga, de dez anos, prevê regras para a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias e cria um piso nacional para esses trabalhadores. Já a mais recente trata da criação de um sistema de aposentaria especial e exclusivo e coloca o gestor local do Sistema Único de Saúde como responsável pela regularidade do vínculo empregatício. Em entrevista à revista Poli nº 80, a professora da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Helena David fez um balanço das conquistas da categoria que começou a se articular na década de 1970 e ganhou força com a criação do Programa de Agentes Comunitários (PACS) há 30 anos, atualmente incorporado pela Estratégia de Saúde da Família (ESF). Ela também reconheceu a importância desses trabalhadores na pandemia. “Sua atuação durante a pandemia representou a possibilidade de manutenção de uma

ligação entre os serviços da Atenção Básica, que ficaram rapidamente desestruturados e em segundo plano em relação ao nível dos hospitais e emergências. O seu conhecimento do território e das famílias em condições de vulnerabilização também permitiu que as ACS se articulassem junto às suas associações de moradores, organizações de jovens, setores acadêmicos (quando existem) e secretarias municipais nas quais houve atenção maior para a Atenção Básica, atuando como grandes mobilizadoras para as ações de prevenção da Covid-19 e identificando as situações de empobrecimento, insegurança alimentar, aumento de violência doméstica e urbana, entre outros problemas que se somam à situação sanitária”, disse.

## PL QUE REGULAMENTA TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA, CRIADO EM 2013, VOLTA A SER DISCUTIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O projeto que regulamenta a profissão de técnico em nutrição e dietética, criado em 2013 pela deputada Érika Kokay (PT-DF), voltou a andar em 2021. Em 2 de dezembro foi realizada uma audiência pública pela Comissão de Seguridade Social e Família, da qual, até o fechamento desta edição, se aguardava parecer final para ser encaminhada para as próximas comissões: Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania e daí ser levado à votação no plenário. As discussões sobre o Projeto de Lei nº 5056/2013 voltaram a acontecer em 2019, depois do pedido de desarquivamento feito pela autora do projeto, mas foram interrompidas pela pandemia. O texto estipula carga horária mínima de 1,5 mil horas-aula de curso profissionalizante, mas dispensa o curso para quem tiver ensino médio completo e atuar na profissão há cinco anos ou mais.

Pelo texto, o técnico em nutrição e dietética é responsável por supervisionar trabalho do pessoal da cozinha, atuação técnica nos serviços de alimentação, incluindo compras, armazenamentos, custos; treinamento de pessoal em serviços de alimentação e participação em pesquisas em cozinha experimental. O PL também prevê alteração na lei nº 5.276 de 1967, que cria os conselhos nacional e regional de nutrição.

## SENADO APROVA PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM

O Senado aprovou por unanimidade no dia 24 de novembro o Projeto de Lei (PL) nº 2.564/2020, que institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. O projeto agora precisa ser aprovado na Câmara. Já o PL nº 2.295/2000, que fixa a jornada de trabalho desses profissionais em 30 horas semanais e é uma demanda antiga da categoria, acabou não sendo apreciado. O texto estabelece um piso salarial nacional, no setor público e no privado, de R\$ 4.750 para os enfermeiros; para os técnicos em enfermagem, o valor fixado é de 70% desse montante, o equivalente a R\$ 3.325; aos auxiliares de enfermagem e parteiras, por sua vez, o valor é de 50% do piso dos enfermeiros, ou R\$ 2.375. Os valores deverão ser reajustados anualmente, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em entrevista ao Portal EPSJV, o vice-presidente do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) Antônio Marcos Freire comentou que o piso conquistado está bem abaixo do previsto pelo texto original, que fixava em R\$ 7.315 para enfermeiros, com redução de 30% para técnicos e 50% para auxiliares. “Os valores não são ideais, é menos do que a enfermagem merece. Entretanto, são valores que vão nos permitir erradicar os salários miseráveis e combater a exploração da categoria. É um avanço memorável e que nos motiva a lutar por mais”, defendeu. Freire também falou da necessidade de mobilização para que o texto seja aprovado pela Câmara, uma vez que o aumento já recebeu críticas por parte do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), da Federação Brasileira de Hospitais (FBH) e da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB). A reportagem informa ainda que a aprovação do piso

salarial deve beneficiar os mais de 2,5 milhões de trabalhadores da enfermagem existentes atualmente no Brasil, segundo o Cofen. A grande maioria é formada pelos técnicos em enfermagem, que hoje são cerca de 1,5 milhão de profissionais. Os enfermeiros, por sua vez, somam 635 mil trabalhadores, enquanto os auxiliares de enfermagem são 439 mil e as parteiras, 334 profissionais. Trabalhadores da linha de frente do enfrentamento à pandemia de Covid-19, os profissionais da enfermagem estão entre as categorias mais diretamente atingidas pela crise sanitária. O Cofen registrou até 10 de dezembro 875 óbitos de trabalhadores da enfermagem por Covid-19 desde o início da pandemia. Destes, em levantamento feito a pedido do Portal EPSJV, 500 eram técnicos em enfermagem, 257 enfermeiros e 118 auxiliares de enfermagem.

## ADOULAS/RJ E EPSJV MAPEIAM PERFIL DA CATEGORIA



Pesquisa realizada pela Associação de Doulas do Rio de Janeiro (Adoulas) e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) traçou o perfil socioeconômico, a formação e o processo de trabalho e as práticas dessas profissionais, entre outras informações em estados de quatro regiões do Brasil. A pesquisa foi iniciada em 2019, no Rio de Janeiro, e se estendeu a Mato Grosso, Paraíba,

Santa Catarina e São Paulo no período de 2020 a 2021. De um universo de 4.091 doulas existentes nesses estados, em levantamento feito pelas associações locais, a pesquisa obteve 785 respondentes. O estudo foi realizado em duas etapas, a primeira com distribuição de questionário *online* e uma segunda com a organização de grupos focais e entrevistas em profundidade. Os resultados apresentados em relatório divulgado em dezembro informam os dados coletados na primeira etapa e mostram que o perfil das doulas é majoritariamente branco, com exceção do estado da Paraíba, onde as pretas e pardas estão em maioria (57%). As atividades estão concentradas nas

capitais e regiões metropolitanas e a remuneração chega até três salários mínimos. A maioria tem mais de uma ocupação – em 63% dos casos fora da área da saúde – como fonte de renda. O estado de São Paulo concentra os maiores índices de profissionais que atuam exclusivamente como doulas: 18%. Mulheres de classe média são o principal público da atividade (58%), seguida pela classe média baixa (35,4%). A regularidade dos atendimentos ainda é um desafio para a categoria, uma vez que 71% informaram que eles não têm frequência. Quase a totalidade, 98%, são certificadas e todas afirmaram ter formação para realizar o atendimento. Ainda de acordo com o mapeamento, 78% informaram investir recursos na presença na internet e na oferta de rodas e eventos de apoio à gestação e puerpério.

# BRASIL SE DESPEDE DO BOLSA FAMÍLIA

Pesquisadores descrevem o contexto e as disputas que estavam presentes na criação do Bolsa Família, destacam a importância da sua articulação com a rede de assistência social e se mostram apreensivos sobre o programa que o substituiu

Cátia Guimarães

**E**ntre 2004 e 2019, o número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil reduziu 15% e 25%, respectivamente. No período de 2004 a 2009, as residências com moradores que viviam em insegurança alimentar grave, também conhecida como fome, diminuíram de 33,3% para 29,4% na zona urbana e de 43,6% para 35,1% na área rural. A mortalidade de crianças entre zero e cinco anos reduziu em 16% entre 2006 e 2015 e o total de crianças pobres com baixa estatura nessa mesma faixa etária caiu de 14,2% para 12,7%. Em 2014, o país finalmente saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). Tudo isso é notícia velha. A novidade é o fim do programa que, direta ou indiretamente, contribuiu para todos esses indicadores positivos e muitos outros que, ao longo dos últimos 18 anos, apontavam melhorias no desenvolvimento social do país.

Criado pela lei 10.836, de 2004, e reconhecido internacionalmente, o Bolsa Família era o maior programa condicionado de transferência de renda do mundo. E a contradição é que, para os pesquisadores ouvidos nesta reportagem, esses efeitos tão profundos e variados só foram possíveis porque, na prática, ele fez muito mais do que distribuir dinheiro entre os pobres. “O Bolsa Família não é só um programa de transferência de renda. Ao contrário, toda sua base é uma rede de proteção social. Muita gente vinha visitar o Brasil para conhecer o Bolsa Família, chegava aqui achando que ia encontrar uma tecnologia bancária, um jeito de passar o dinheiro eficiente, e descobria que, na verdade, o que estava por trás da transferência de renda eram o Cadastro Único e a rede de assistência social”, explica Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social, que esteve na criação do programa.

Agora, o mesmo documento que anunciou o atestado de óbito do Bolsa Família – a Medida Provisória nº 1.061/2021 – funcionou também como certidão de nascimento de um outro programa social que deve ocupar o seu lugar: o Auxílio Brasil (leia mais na pág. 13). A decisão tem gerado muita expectativa, polêmica e, sobretudo, dúvidas. “A gente tem dificuldade de definir o que o Auxílio Brasil significa. Demanda um pouco mais de investigação – na verdade, demanda conhecer de fato o que será essa realidade do Auxílio Brasil depois de implementado.





Mas eu diria que ele já demarca um retrocesso”, arrisca Marcelo Sitcovsky, pesquisador do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que justifica: “Enquanto o Bolsa Família concentrou, centralizou e eliminou a sobreposição de ações que havia antes dele, pode ser que o Auxílio Brasil reverta isso na medida em que pulveriza com vários tipos de bolsa”. E essa é apenas uma de muitas desconfianças críticas que os pesquisadores ouvidos pela reportagem apontam.

## O DEBATE DA ORIGEM

Percorrer a história de vida do Bolsa Família pode ajudar a entender essa preocupação. Sitcovsky conta que, quando o programa nasceu, no início dos anos 2000, a prioridade de se combater a pobreza com iniciativas de transferência de renda voltada para as populações mais necessitadas não era propriamente uma novidade. Ao contrário: desde, principalmente, os anos 1990, essa já era, segundo ele, uma diretriz clara das agências multilaterais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Iniciativas pulverizadas, tanto em âmbito federal quanto nos estados e municípios, já tinham sido implementadas por aqui – ele cita, como exemplos, o programa de vale gás, de aquisição de leite e alimentos, entre outros.

Acontece que, na mesma época, nas palavras de Sitcovsky, “a assistência social vinha de um processo de completo desmonte”. A LBA, Legião Brasileira de Assistência, tinha sido extinta em 1995, mesmo ano em que foi criado o programa Comunidade Solidária, voltado para o combate à pobreza e coordenado pela então Primeira Dama Ruth Cardoso. “Introduziu-se uma concepção que revelava a forte tendência a uma desresponsabilização do Estado no que diz respeito à assistência social. Era um processo de refilantropização e reforço à caridade”, explica o pesquisador, destacando que não é mera coincidência que a lei do novo Auxílio Brasil não defina fontes orçamentárias de longo prazo e aponte um financiamento que pode incluir dinheiro privado. “No momento em que você introduz numa lei que os custos poderão ser tanto de recursos próprios como de recursos da sociedade, você não está dando as garantias necessárias para que essa seja de fato uma política de Estado”, critica.

Voltando àquele longínquo final do século 20, Sitcovsky lembra que as conferências de assistência social e outros espaços de participação popular já sinalizavam a necessidade de se mudar os rumos dessa área no Brasil, fortalecendo o papel do Estado para que ela ocupasse, de fato, seu lugar ao lado da saúde e da previdência no tripé da Seguridade Social, como previa a Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, multiplicavam-se debates e ações da sociedade civil para combater a pobreza – quem não se lembra da famosa campanha do Betinho, ‘Ação Cidadania contra a Fome’? “O Bolsa Família vai ser colocado como a síntese de todos esses processos de mobilização social”, diz Denise De Sordi, historiadora, pesquisadora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz).

Pois em 2004, segundo ano de mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essas duas histórias – da prioridade de enfrentamento da pobreza e da renovação da política de assistên-

cia social no Brasil – se encontraram. E foi principalmente desse cruzamento que derivou o sucesso do agora extinto Bolsa Família. “O governo trouxe para dentro uma série de entidades que discutiam de maneira muito séria e responsável a questão da segurança alimentar, o cenário e os dados sobre a caracterização da pobreza e da extrema pobreza no Brasil. Tinha uma discussão com a academia. Os movimentos que discutiam sobre o direito à renda, sobre o direito à alimentação, uma série de organizações sociais foram chamadas para que o Bolsa Família tivesse esse pé na realidade”, relata Priscilla Cordeiro, trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que compara: “Já o Auxílio Brasil surge sem nenhum lastro de discussão com as instâncias da assistência social. É um programa forjado nos gabinetes, afastado de todas as instâncias do controle social, sem gestão democrática. Não houve discussão prévia nem no Conselho Nacional de Assistência Social, nem com as entidades, nem com o conjunto de trabalhadores que operacionalizam o Sistema Único de Assistência”.

De fato, a criação da Política Nacional de Assistência Social e do Bolsa Família no mesmo período não foi apenas uma coincidência de datas. Antes de tudo, eram respostas a um cenário de assustador crescimento da miséria no país – como define De Sordi, naquela época, “quando a gente falava de pobreza, estava falando de fome”. Na esteira dessas conquistas, veio a aprovação do SUAS, em 2005, a criação dos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e toda uma estrutura física, administrativa e legal que gerou o que hoje define a Assistência Social no Brasil. “Foram criados serviços de convivência, serviços de atendimento e acolhimento a pessoas em situação de rua e com necessidades [especiais] numa nova perspectiva. A assistência social viveu um novo período”, conta Sitcovsky, ressaltando, no entanto, que essa “expansão e afirmação” da área foi acompanhada de “um processo de contrarreforma da previdência e da saúde”, que comprometia o fortalecimento do tripé da Seguridade Social.

## ARTICULAÇÃO COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Bolsa Família, então, respondia e interagia com a Política Nacional de Assistência Social, na medida em que um dos seus pilares, entre vários outros, é a garantia da segurança de rendimentos à população. É bem verdade que, considerando o amplo debate que acontecia na sociedade civil, não havia propriamente um consenso sobre o melhor caminho para atender esse objetivo. De Sordi explica que muitas coisas estavam em discussão naquele momento, mas a principal disputa se dava entre os que defendiam um programa focalizado, voltado para segmentos mais pobres da população, e os que lutavam pela implantação de uma renda básica de cidadania, universal. A criação do Bolsa Família – assim

como de todos os programas fragmentados que existiram antes dele – mostra a vitória da opção pela focalização, negociada, naquele momento, como uma espécie de ‘meio de caminho’.

Isso porque, embora pouca gente saiba, como desdobramento prático dessa disputa, chegou a ser promulgada uma lei (nº 10.835/2004), ainda em vigor, que instituiu a renda básica de cidadania no país a partir de 2005. Como um sinal dos tempos em que foi criada, a legislação, ao mesmo tempo em que estabelecia que esse benefício seria direito de todos, “não importando sua condição socioeconômica”, também afirmava que isso deveria se dar “em etapas”, “priorizando-se as camadas mais necessitadas da população”. “Um ponto que às vezes fica um pouco esquecido é que o Bolsa Família foi previsto, ou pelo menos apresentado, como um dos passos para a instituição da renda básica de cidadania quando houvesse condições fiscais para que isso ocorresse”, lembra De Sordi. O que seria esse primeiro passo, focando apenas nos mais pobres, durou 18 anos, até ser extinto pelo governo de Jair Bolsonaro. Já a **renda básica universal**, que seria o ponto de chegada, acabou nunca sendo implementada.

Mas a articulação do Bolsa Família com a nova Política e a rede criada a partir dela se dava também na prática. A começar pela sua porta de entrada: era nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que os candidatos a beneficiários se cadastravam para a fila do programa. Aliás, é também para essas unidades que uma infinidade de pessoas tem corrido diante das dúvidas sobre quem é ou não elegível para o novo Auxílio Brasil. Em geral, em vão. “Nós, da assistência social, não estamos informados. Os trabalhadores não receberam uma orientação técnica, não existe um treinamento, não existe um suporte técnico, não existe absolutamente nada, é um vazio institucional”, critica Priscilla Cordeiro, que trabalha em Pernambuco. Ainda segundo ela, no Bolsa Família a integração na rede se dava também após a entrada das pessoas no programa. Quando uma criança de uma família beneficiária apresentava dificuldade no acompanhamento pedagógico, que prejudicava o cumprimento da **condicionalidade** relacionada à educação, por exemplo, a escola a encaminhava para o Centro de Referência de Assistência Social daquele território para fazer atividades de contraturno em alguns dias da semana. Da mesma forma, Cordeiro

Curiosamente, em abril do ano passado, provocado por uma ação da Defensoria Pública da União, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu fazer valer a lei 10.835/2004, decidindo que o governo federal deve estabelecer valores e prever orçamento para a implementação de uma renda básica de cidadania em 2022. Prevaleceu, no entanto, o recorte de público da população que se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza.

São compromissos relacionados à saúde, educação e assistência social, que as famílias assumem como condição para receber o benefício do Bolsa Família. Matricular crianças e adolescentes na escola, mantendo alta frequência; fazer acompanhamento de pré-natal de gestantes; e fazer o acompanhamento do peso e crescimento das crianças nas unidades de saúde são alguns exemplos.

explica que as pessoas idosas que participam do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo dos CRAS são beneficiárias do Bolsa Família. “Tem uma articulação entre saúde, assistência e educação. Você vê o tempo todo essa costura, entre os programas da assistência social”, resume.

## UM BANGO DE DADOS SOBRE A POBREZA

Mas a maior expressão da articulação do Bolsa Família com as estruturas de assistência social criadas na mesma época e com outras estratégias diversas que seriam geradas depois é o Cadastro Único (CadÚnico), o cadastro que nasceu junto com o programa e que serviu de ferramenta para a gestão e, principalmente, para a formulação de políticas de combate aos diversos aspectos da pobreza e da desigualdade no Brasil. E, na avaliação de alguns pesquisadores ouvidos pela Poli, a perda desse instrumento pode ser um dos maiores retrocessos da substituição do Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, sobretudo num momento de agravamento da crise social como o atual. “Os dados fornecidos no CadÚnico servem como uma bússola para orientar as políticas públicas, não só da assistência social”, resume Priscilla Cordeiro.

De fato, quem tiver a curiosidade de procurar o questionário de perguntas que alimentam o Cadastro Único, que está disponível na internet, provavelmente terá uma surpresa. O formulário principal ocupa um documento de 34 páginas, com perguntas que vão desde o nível de escolaridade e vínculo de trabalho até o tipo de escoamento do banheiro e de iluminação usada no domicílio. “O Bolsa Família funciona como um ímã ou como um radar: as pessoas desesperadas com a pobreza vêm em busca de proteção da renda e, quando entram em contato com o Estado, acabam nos passando um conjunto de informações: quem são, onde moram, quem vive com elas, do que é feita a casa, do que é feito o piso, se tem ou não água e energia... Você tem aí uma riqueza de dados nominais que permite que o Estado atue, tome decisões”, explica Tereza Campello.

Os usos são muitos. Segundo ela, a decisão sobre a alocação dos profissionais que comporiam o programa Mais Médicos, por exemplo, foi tomada a partir do cruzamento de “dois mapas”: um do Ministério da Saúde, sobre os locais em que havia equipamentos e unidades básicas de saúde, e o CadÚnico, que forneceu as informações sobre os territórios de pobreza. Da mesma forma, diz a ex-ministra, quando o governo federal decidiu construir e equipar cozinhas em escolas públicas para melhorar a merenda escolar e atacar a desnutrição infantil, a seleção das instituições contempladas foi feita a partir do CadÚnico. “Se uma escola tem maioria de crianças beneficiárias do Bolsa Família, isso para nós significa duas coisas: que a maioria das crianças são pobres e que, provavelmente, essa escola está num território também de crianças pobres. Isso é um indicador de orientação do gasto público”, explica Campello. O pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a participação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e mesmo a isenção de taxa de inscrição

em concursos públicos são outros exemplos de ações mais ou menos corriqueiras que passam pelo Cadastro Único, como lembra Denise De Sordi. Além disso, diz ela, o formulário contém campos de informação voltados para populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, população em situação de rua, entre

outras, que, de acordo com a pesquisadora, “permitem captar também a condição específica desses grupos e dessas pessoas”. “O CadÚnico permite que a gente tenha esse retrato das questões sociais brasileiras. Ele funciona como se fosse um Censo da desigualdade social”, resume.

Tanto a Medida Provisória publicada pelo governo federal quanto a lei aprovada no Congresso Nacional instituindo o novo Auxílio Brasil citam inúmeras vezes o CadÚnico, na maioria delas condicionando o benefício descrito à permanência das pessoas no cadastro. Na letra da lei, portanto, não há por que se preocupar com a descontinuidade dessa ferramenta. Da mesma forma, em resposta enviada à reportagem via assessoria de imprensa, o Ministério da Cidadania afirma que “o ingresso e a permanência das famílias no Auxílio Brasil ocorrerão a partir da inscrição no Cadastro Único”, exatamente como acontecia com o Bolsa Família. Mas a Pasta também destaca que essa ferramenta está sendo “modernizada” para “fortalecer a relação com o Sistema Único de Assistência Social” e “com isso, aprimorar a porta de acesso dos cidadãos aos programas sociais do Governo Federal”. Por que, então, tanta desconfiança?

A resposta a essa pergunta remete a antes da morte do Bolsa Família e criação do novo programa. Se é verdade que não se sabe ainda o que significa a “modernização” que o Ministério afirma que o CadÚnico sofrerá, o que já se viu até agora foi um processo de digitalização de cadastro de beneficiários, que fez com que todo o processo de elegibilidade e pagamento do auxílio emergencial, criado em 2020 em função da pandemia de Covid-19, passasse completamente por fora da rede de assistência social. Na avaliação de Marcelo Sitcovsky, isso ajuda a explicar, inclusive, o “conflito de informações” que fez com que muita gente que era elegível para o benefício não o recebesse e outras que não teriam direito tenham conseguido acessá-lo. Mas as consequências vão além. Levando em conta que as pessoas que demandaram o auxílio emergencial encontravam-se, pelo menos momentaneamente, em situação de vulnerabilidade social, o retrato dessa população, que se ampliou e complexificou em meio à crise sanitária, é de interesse direto da assistência social. Até porque, encerrado o benefício, não se sabe se a condição dessas pessoas melhorou. “A gente não vai conseguir recuperar essas informações”, afirma De Sordi.

## MUITO ALÉM DA POBREZA

É provável que a evidência mais recente sobre o impacto do Bolsa Família nas condições de saúde da população brasileira seja a pesquisa do Centro de Integração de Dados e Conhecimento para Saúde (Cidacs), da Fiocruz Bahia, sobre mortalidade na infância. Os resultados foram publicados num periódico científico internacional, somando-se às centenas de milhares de estudos realizados sobre o programa em todo o mundo.

A pesquisa não engloba a mortalidade neonatal, até porque, como explica Dandara Ramos, uma das coordenadoras, as crianças vítimas desses casos dificilmente chegam a ser inseridas no Cadastro Único. E, para os resultados encontrados, essa diferença é fundamental. “Nos últimos 20 anos, o Brasil teve uma redução muito expressiva na mortalidade na infância, mas essa redução se deu principalmente no período pós-neonatal, de 28 dias a um ano. O componente de um a quatro anos não teve uma redução tão expressiva. Então, a gente mostra justamente que o Bolsa Família foi um dos fatores que conseguiu contribuir para alguma redução nesse componente que não estava reduzindo tanto na média nacional”, explica Ramos. E completa: “A mortalidade de um a quatro tem determinantes muito difusos. Tem muita participação dos óbitos por violência, por causas externas, e dos óbitos ligados às condições de vida, como pobreza e desnutrição”. Daí a importância do Bolsa Família.

O dado mais geral trazido pela pesquisa é que, entre as beneficiárias do programa, houve uma redução de 17% na mortalidade de crianças nessa faixa etária. Essa redução foi ainda maior entre as crianças que nasceram prematuras, nas que moram nos municípios mais pobres e entre filhos de mães pretas. “O grande diferencial do Bolsa Família é que ele é um programa intersetorial, então a diferença não se dá só na economia: ele vai agregar assistência social e atenção à saúde”, analisa Ramos.

E essas são apenas as notícias mais recentes. Pesquisas do mesmo Cidacs/Fiocruz Bahia apontam mudança no perfil nutricional das crianças de famílias beneficiárias do programa entre 2008 e 2012, com uma redução da baixa estatura, embora acompanhada por um aumento do excesso de peso. Maior percentual de cura e menor índice de abandono do tratamento para tuberculose e redução nos casos e detecção mais precoce de hanseníase são apenas alguns de outros resultados que pesquisas diversas associam à cobertura do Bolsa Família. Isso sem contar os números diretamente ligados às condições do programa, como a realização de acompanhamento pré-natal, vacinação e até fatores ligados a outras áreas, como a permanência das crianças na escola. “A gente sempre fala sobre como a pobreza, a falta de saneamento, a falta de educação, tudo isso são determinantes sociais da doença. Com o Bolsa Família, pela primeira vez a gente conseguiu mostrar o oposto: que a redução da pobreza causa saúde”, resume Tereza Campello.

Entender a mudança de perfil da população que hoje precisa da assistência social é fundamental, na avaliação da pesquisadora. “A gente está novamente num patamar em que pobreza volta a significar fome”, lamenta De Sordi. E completa: “Aquele população que tradicionalmente estava no ciclo da pobreza, sendo atendida pelos programas sociais para que esse ciclo fosse rompido, passa a dividir espaço com aquela população que vem, por exemplo, da ideia de empreendedorismo, do microempreendedor, do trabalhador autônomo, do trabalhador sem carteira assinada, aquele que se empregou após a reforma trabalhista e que ficou desamparado pelo Estado”. Diante desse cenário, diz, o formato escolhido para oferta do auxílio emergencial, que “desvinculou o benefício da rede de proteção social”, acabou atendendo essas pessoas “sem necessariamente dizer que elas eram pobres”. “O auxílio emergencial dizia assim: ‘Essa é uma situação transitória, quando a pandemia passar, vocês vão voltar para os patamares de mobilidade social’. Só que não foi isso que aconteceu”, alerta.

O medo é que processo semelhante se dê com o grosso da população que será beneficiária do novo Auxílio Brasil. Isso porque, desde a experiência do auxílio emergencial, o governo tem incentivado a ideia de que o cadastro possa ser feito por meio de um aplicativo, preenchido pelas próprias pessoas – o que, na visão dos críticos, precisa ser lido como um processo que passa por fora da assistência social, quebrando os elos de uma rede mais ampla que tinha no Bolsa Família e no CadÚnico uma das suas sustentações. “CadÚnico não é um apelido, é uma ferramenta social. Para preenchê-lo, a família sentava na frente de uma assistente social, com pessoas que foram treinadas, e havia toda uma conversa. Há perguntas como ‘a sua casa é de alvenaria?’ que, sem ajuda, a pessoa às vezes não sabe responder”, ilustra Campello, destacando que o desfinanciamento da rede de assistência social, que tem trabalhado com cada vez menos gente, é outro dificultador. “Pode continuar chamando de Cadastro Único, mas não é mais Cadastro Único. Aquilo que a gente construiu não existe mais”, opina.

Para Denise De Sordi, outro indicativo de que esse cadastro perde a centralidade na gestão das políticas sociais é o fato de, no Auxílio Brasil, o NIS, Número de Identificação Social, que é vinculado ao recebimento de benefícios da assistência social, ser substituído pelo CPF.

## UMA PORTA ‘ALTERNATIVA’ À ASSISTÊNCIA SOCIAL

No caso do auxílio emergencial, os poucos dados coletados foram preenchidos num sistema ligado à Caixa Econômica Federal (CEF). Também agora, embora todos os documentos do Ministério da Cidadania apontem a necessidade de registro no Cadastro Único, informações sobre o novo programa podem ser adquiridas num aplicativo chamado Auxílio Brasil Caixa. A coincidência de movimentos indica que as informações coletadas fo-



Integração com a rede de assistência social era um dos segredos do sucesso do Bolsa Família, segundo pesquisadores

EDUARDO PUCCIONI / MÍDIA NINJA

ram priorizadas para outro tipo de ação, que não passa pela assistência social: junto com o cadastro dos beneficiários, a Caixa Econômica lançou um aplicativo chamado Caixa Tem que oferece empréstimos de baixo valor (entre R\$ 300 e R\$ 1000) e funciona como uma “continuação do auxílio emergencial”, como definiu o presidente do banco, Pedro Guimarães, em entrevista ao jornal Correio Braziliense em setembro de 2021. No caso do novo Auxílio Brasil, os beneficiários podem receber os recursos numa agência da CEF, em casas lotéricas ou através desse aplicativo, que oferece um conjunto de outros serviços financeiros. “O Auxílio Brasil tem também essa ideia de fornecer a entrada das pessoas nesse mundo do mercado financeiro. Você está entrando no Caixa Tem para pegar seu benefício e existe lá outra opção, de um empréstimo de, por exemplo, R\$ 150, para você pagar daqui a três meses. A pessoa vai pegar, porque aquilo, para ela, é muito dinheiro”, ilustra o economista Lucas Bressan, que integra o grupo de pesquisa de Financeirização e Política Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ele ressalta que o Bolsa Família também acabou incentivando um processo de financeirização, já que servia como garantia de rendimento para créditos de valores baixos, e, administrativamente, também permitia acesso a serviços bancários, mas num formato de conta bem reduzida. “O Caixa Tem abre mais o leque, porque facilita muito as pessoas pegarem o crédito. Com um clique à distância, a pessoa se endivida”, diz Bressan, lembrando que o texto original do Auxílio Brasil elaborado pelo governo federal autorizava que até 30% do benefício do novo programa fosse usado para pagamento direto de crédito consignado. Esse trecho, no entanto, foi retirado durante tramitação da MP no Congresso Nacional.

## SEM ESQUECER AS CRÍTICAS...

Mas também é bom lembrar que nem só de elogios viveu o Bolsa Família. Desde o nascimento, no próprio campo da assistência social, da segurança alimentar e das políticas públicas de um modo geral, o programa convive com críticas mais estruturais. Uma delas diz respeito exatamente a essa contradição de, ao garantir uma renda fixa, ainda que baixa, ele ter aproximado esses segmentos populacionais de uma certa ciranda financeira, que levou a processos de endividamento. “Uma coisa que a crise deixou mais clara é que, para fechar o mês, no Brasil as pessoas se endividam com o cartão de crédito para comprar comida no supermercado”, descreve Bressan, e completa: “Então, os bancos passaram a focar nesse público-alvo dos beneficiários do

Bolsa Família, o que levou as pessoas mais pobres a terem acesso a esses instrumentos financeiro de endividamento”.

O pesquisador reconhece que, se, por um lado, o endividamento é um efeito negativo, por outro, o crédito é importante inclusive para a economia como um todo. Mas ele alerta que o problema é as pessoas dependerem do crédito para o consumo de itens de primeira necessidade. Tudo isso aponta, então, não para um problema do Bolsa Família em si, mas para a necessidade de outras políticas que furem esse ciclo de carência e dívida. E um bom exemplo, na avaliação de Bressan, foi a valorização do salário mínimo que, segundo ele, foi fundamental para o combate à pobreza nos governos Lula.

Na verdade, a demanda por políticas mais estruturantes de enfrentamento não apenas da pobreza mas também da desigualdade sempre acompanhou os debates sobre o Bolsa Família, como uma espécie de alerta tanto sobre a sua importância quanto sobre a sua insuficiência. “Para quem passa fome e de repente consegue alimentar os filhos que estão chorando porque não têm alimento, receber o benefício assistencial de transferência de renda tem um impacto enorme. É inquestionável. Mas programas de transferência de renda não se dirigem e não têm o potencial de superar a forma da sociedade desigual em que nós vivemos. Eles, na verdade, fazem parte dos vários mecanismos que garantem a reprodução desse tipo de sociedade”, resume Sitcovsky.

Além dessas análises sobre a própria concepção de política social, que são uma espécie de atualização do debate que fervilhava na sociedade civil brasileira quando o Bolsa Família foi criado, existem também críticas pontuais ao desenho ou funcionamento do programa. A fila de espera – mesmo antes da chegada do Auxílio Brasil, cerca de dois milhões de famílias elegíveis aguardavam sem receber o benefício –, por exemplo, tem sido motivo de reclamações já há alguns anos. Agregado a isso, sempre houve quem defendesse uma ampliação da cobertura, o que significaria elevar as linhas de corte, permitindo que famílias com rendas maiores às que foram estabelecidas se beneficiassem do programa.

Outro ponto crítico, talvez o maior deles, tem a ver com o valor dos benefícios, considerado por muitos pesquisadores e apontado por alguns estudos como abaixo do necessário para interromper o ciclo da pobreza. Segundo Marcelo Sitcovsky, o valor repassado pelo Bolsa Família estava abaixo da “necessidade de aquisição mesmo dos bens de primeira necessidade”, um impacto muito diferente, por exemplo, do Benefício de Prestação Continuada, outra ferramenta da assistência social voltada às populações mais vulneráveis, que atinge um contingente muito menor de pessoas, com o valor de um salário mínimo mensal. Ao final da pesquisa que empreendeu para sua tese de doutorado, defendida em 2010, ele aponta que o Bolsa Família tinha um importante papel na reprodução da força de trabalho no Brasil.

Um texto para discussão produzido por quatro pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em

2019, intitulado ‘Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos’, analisa de forma bastante positiva a focalização da iniciativa, ou seja, mostra que ele atingia satisfatoriamente a população mais necessitada do país, mas conclui que “o principal limitador do seu impacto na pobreza não é o foco, mas o baixo valor das transferências”. O estudo também sugere que havia espaço para ampliação do investimento do Estado com o programa, mostrando que, em 2016, o gasto com o Bolsa Família representou apenas 0,44% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Embora com variações de acordo com o perfil dos beneficiários, ainda segundo o texto do Ipea, o valor médio das transferências subiu ao longo do tempo, chegando ao ponto mais alto em 2017, com R\$ 180 por família. “Por terem valores relativamente baixos, as transferências são muito boas em aliviar a pobreza, mas só conseguem retirar de fato as famílias dessa situação caso sejam tomadas como referência linhas de pobreza muito baixas”, conclui o texto. Ainda assim, também de acordo com o estudo, em função do programa, desde 2004 a extrema pobreza tem caído 1,3% ao ano no país. “Esses números significam que, em 2017, mais de 3,4 milhões de pessoas deixaram de viver em pobreza extrema por causa do PBF, e 3,2 milhões foram elevadas acima da linha de pobreza”, calculam.

Não por acaso, um dos principais elementos de propaganda do Auxílio Brasil é a elevação do valor do benefício. A primeira parcela, que foi paga ainda em 2021, mesmo antes de a Medida Provisória ter sido aprovada no Congresso, já contava com um reajuste de 17,8%. De acordo com o Ministério da Cidadania, em resposta à reportagem via assessoria de imprensa, o valor médio do benefício subiu de R\$ 186,68 em outubro para R\$ 224,41 em novembro. Analistas, no entanto, têm ponderado que, como o benefício estava congelado desde 2018, o aumento de agora mal repõe as perdas causadas pela inflação acumulada no período, que foi de 20,8%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 23/2021, conhecida como PEC dos Precatórios, já em dezembro do ano passado o governo pagou a primeira parcela num valor muito mais alto, que tem sido anunciado como principal vantagem do novo programa: R\$ 400. Esse valor, no entanto, só tem validade até o final de 2022. O Auxílio Brasil também aumenta as faixas de renda que caracterizam as famílias como em situação de pobreza e extrema pobreza.

Para Tereza Campello, os números apresentados pelo governo, tanto em relação aos valores dos benefícios quanto sobre quantidade de famílias que serão atingidas pelo novo programa, estão sendo propositalmente descontextualizados. “O Bolsa Família atendia 14 milhões de famílias no governo Dilma [Rousseff], quando o Brasil tinha menor taxa de desemprego, menor taxa de pobreza e estava saindo do mapa da fome. Depois, vêm três anos de destruição e tem uma fila enorme no Bolsa Família. Em março de 2020, a fila do Bolsa Família já somava 17 milhões. Estão

dizendo agora que o novo programa vai ampliar os beneficiários para chegar aos números que teriam sido necessários em março de 2020, antes da pandemia. Essa é uma conta ridícula porque faz de conta que não aconteceu a pandemia ou que tudo voltou ao normal, o mundo é maravilhoso e todo mundo tem emprego”, critica. Campello coordenou os debates que resultaram num Projeto de Lei (nº 4.086) sobre o tema apresentado pelo Partido dos Trabalhadores à Câmara dos Deputados ainda em agosto de 2020. Chamada de ‘Mais Bolsa Família’, a proposta era reajustar o valor e ampliar o número de beneficiários alcançados, tendo em vista a piora dos indicadores de pobreza e desemprego no país. E essa foi

apenas uma entre várias iniciativas nesse sentido submetidas por diferentes partidos e parlamentares ao legislativo federal em meio às crises econômica e sanitária. “Essas 17 milhões de famílias já eram pobres em 2019. Se quisessem atendê-las, isso poderia ter sido feito sem mudança nenhuma na lei, sem mudança de nenhum dispositivo, sequer precisava de decreto. Era só apertar um botão e trazer as pessoas para dentro do Bolsa Família. Não quiseram, estão fazendo na véspera de eleição”. Ainda assim, de acordo com o Ministério da Cidadania, em novembro, no lançamento do Auxílio Brasil, o número de famílias beneficiárias não tinha sido ampliado, totalizando 14,5 milhões. ○

## E VOCÊ? JÁ SUPEROU SEU PRECONCEITO HOJE?

Você sabe o que é aporofobia? Pois essa palavra feia e difícil entrou na moda, para nomear um fenômeno tão lamentável quanto atual na conjuntura brasileira: significa medo e ódio aos pobres. Mais recentemente, ela foi resgatada principalmente pelo padre Julio Lancelotti, de São Paulo, na denúncia contra grupos que espalhavam pela cidade pedidos para que não se desse esmola e comida aos moradores de rua com a justificativa de não incentivá-los na mendicância. Guardadas as devidas proporções, discurso semelhante está presente, na forma de crítica, desde a origem do Bolsa Família. E eles continuam sendo repetidos até hoje, apesar dos muitos estudos científicos que provaram o contrário. Quer ver?

### **FAKE NEWS**

#### QUEM RECEBE O BOLSA FAMÍLIA NÃO PROCURA EMPREGO

Vários estudos já comprovaram que isso não é verdade. Mas fiquemos apenas em dois exemplos. Em 2012, uma Avaliação de Impacto do Programa feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social mostrou que o total de pessoas já ocupadas ou procurando trabalho era muito próximo entre os que recebiam ou não recursos do programa. Estavam nessa situação 65,3% dos beneficiários entre 19 e 55 anos, contra 70,7% daqueles que não participavam do Bolsa Família. Quando o recorte de faixa etária começava nos 30 anos, os números se igualavam, em torno de 70%. Mais recentemente, em 2021, um relatório do Banco Mundial confirmou esse dado. “o benefício do BF representa, em média, apenas um quarto da renda familiar total das famílias beneficiárias; considerando o seu baixo benefício, desde o início o programa não pretendia substituir, mas sim complementar outras fontes de renda para os pobres. Novos perfis de adultos participantes do BF em pesquisas domiciliares indicam que 70% dos adultos aptos para o trabalho no BF já estão na força de trabalho, mas sua renda é insuficiente para tirar sua família da pobreza”, diz o texto.

De acordo com Tereza Campello, estudos já evidenciaram que a “opção pelo não trabalho” aparece apenas num segmento muito pequeno dos beneficiários, formado por mulheres jovens que tiveram filho recentemente. “Até porque, no caso das mulheres pobres, fazer diferente significa voltar a trabalhar e deixar a criança desassistida, com a vizinha ou com a filha mais nova, muitas vezes colocando em risco as crianças”, diz.

### **FAKE NEWS**

#### QUEM RECEBE O BOLSA FAMÍLIA VAI TER MAIS FILHOS PARA GANHAR MAIS

Todos os dados sobre a realidade dos beneficiários do programa mostram o contrário. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de filhos com até 14 anos diminuiu 10,7% no Brasil entre 2003 e 2013, indicando queda na taxa de natalidade. Mas o mais importante é que esse número é ainda maior entre os 20% mais pobres do país, segmento em que estão inseridas as famílias que recebem o Bolsa Família: aqui, a redução foi de 15,7%.

## O NOVO AUXÍLIO BRASIL: O QUE SERÁ QUE SERÁ?

O programa que, desde novembro de 2021, substituiu o Bolsa Família é composto por três benefícios principais. O ‘Primeira Infância’ pagará R\$ 130 para até cinco integrantes das famílias que tiverem crianças até 3 anos de idade. O ‘Composição Familiar’ vai transferir metade desse valor, R\$ 65, para os membros de famílias com gestantes e crianças e jovens até 21 anos, o que é uma ampliação de faixa etária em relação ao Bolsa Família, também mantendo o limite de cinco beneficiários. Ambos são voltados para grupos em situação de pobreza, que significa uma renda *per capita* inferior a R\$ 200. Já o benefício de ‘Superação da Extrema Pobreza’ vai pagar valores diferentes para cada família, de modo que elas superem o rendimento mínimo de R\$ 100 por pessoa.

As famílias já inseridas no programa poderão ser elegíveis ainda para seis outros benefícios complementares. “Vale explicar que um conceito fundamental do programa é a criação de instrumentos para as famílias se emanciparem. Dessa forma, o Auxílio Brasil integra várias políticas públicas de inserção socioeconômica, possibilitando às famílias aumentar o valor do benefício básico e trilhar caminhos de emancipação”, explica a nota enviada pela assessoria de imprensa do Ministério da Cidadania em relação a essas outras bolsas.

O ‘Auxílio Esporte Escolar’ pagará 12 cotas mensais de R\$ 100 mais uma parcela única de R\$ 1000 para famílias em que algum estudante de 12 a 17 anos conquiste até a terceira colocação em competições oficiais dos Jogos Escolares Brasileiros. A mesma lógica de incentivo à concorrência vale para a ‘Bolsa de Iniciação Científica’, que terá rigorosamente o mesmo valor do auxílio esportivo, pago a famílias cujos estudantes se destaquem em competições acadêmicas e científicas de abrangência nacional relacionadas à educação básica.

O ‘Auxílio Criança Cidadã’ é um tipo de transferência indireta, já que o recurso será pago a instituições de ensino privadas, independentemente de terem ou não fins lucrativos, que atendam crianças até dois anos, na etapa de creche. Serão R\$ 200 para meio período e R\$ 300 para turno integral, condicionados à situação em que não houver vaga na rede pública e conveniada. O ‘Auxílio Inclusão Produtiva Rural’ pagará R\$ 200 a famílias com agricultores familiares, exigindo, a partir do terceiro mês, que os beneficiários ‘devolvam’ o equivalente na forma de doação de alimentos produzidos. O ‘Inclusão Produtiva Urbana’ destinará o mesmo valor mediante comprovação de emprego formal de um dos integrantes. Por fim, por meio do ‘Benefício Compensatório de Transição’, o Auxílio Brasil prevê a complementação dos valores daqueles cuja migração do Bolsa Família para o novo programa gere perdas financeiras.

Além de muitas dúvidas sobre a forma de operacionalização, algumas dessas inovações já geraram polêmicas e manifestações contrárias. A criação de um mecanismo de *voucher* para creches, por exemplo, foi alvo de vários movimentos e entidades ligadas às lutas pela educação, que questionaram, principalmente, a opção do governo federal de transferir esse dinheiro a partir das famílias em vez de aumentar o valor do repasse para que os municípios pudessem ampliar sua rede própria ou conveniada. Além disso, a inclusão de instituições privadas lucrativas – e não apenas as filantrópicas – foi criticada e chegou a ser modificada na votação na Câmara dos Deputados, mas voltou ao texto depois da apreciação do Senado.

O cenário de desemprego e alta informalidade do país é o ponto de partida para as críticas ao benefício da inclusão produtiva urbana, que está condicionado à existência de pelo menos um vínculo formal na família. Também em relação à inclusão produtiva rural a crítica recai sobre a condicionalidade. Num texto em que analisa a MP do Auxílio Brasil publicado na revista de debates da Fase nº 130, Silvio Porto argumenta que essa exigência é “totalmente descabida”, tendo em vista o “perfil socioeconômico das pessoas que podem acessar esse Auxílio e a indisponibilidade de excedentes produtivos alimentares por parte desse público, pois mal tem o que comer”. De acordo com o pesquisador, o problema pode se tornar ainda mais grave porque o desenho do novo programa não prevê qualquer tipo de seguro rural. “Desse modo, ocorrendo perdas em decorrência de problemas climáticos, as famílias que acessarem esses recursos estarão ainda totalmente vulneráveis. Além da perda da safra, passariam a ter uma dívida”, diz, no texto.

Por fim, os benefícios voltados para os campeões de competições esportivas e científicas têm sido considerados com pouca capacidade de ampliar, de fato, a cobertura do programa. “Vai ampliar pontualmente. Um medalhista vai ganhar”, argumenta Tereza Campello. Mas ela vai além, analisando os efeitos da concepção que justifica essas bolsas. “É completamente irregular você jogar no colo de uma criança, um jovem ou um adolescente a responsabilidade de a família ter o que comer. Se você for bem em matemática e ganhar medalha, a sua família vai comer e o seu irmãozinho não vai morrer de fome”, critica. E completa: “Uma coisa é querer criar condições para que esse jovem vá bem nos esportes e na iniciação científica. Mas não se pode fazer isso tendo como contrapartida a fome e a tragédia social”. ○



## VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS: O QUE É PRECISO PARA UM RETORNO SEGURO

Máscaras com alta capacidade de filtragem e boa ventilação nas salas de aula são essenciais para evitar a circulação e transmissão do vírus nas escolas; aglomerações na entrada e saída também preocupam

Juliana Passos

Com um menor número de casos e hospitalizações registrados no Brasil, profissionais vacinados e boa parte dos alunos também, a maioria dos estados do país determinou o retorno presencial completo ao longo do segundo semestre de 2021 e se organiza para continuar operando em capacidade máxima no primeiro semestre letivo deste ano. Levantamento do Instituto Articule informa que apenas sete estados da região Norte e Nordeste não oficializaram o retorno totalmente presencial, mas já funcionam em regime parcial. O país tem 38,5 milhões de matrículas no ensino público e 8,8 milhões no privado, em um total de 47,3 milhões na educação básica, segundo o Censo Escolar de 2020. A maioria delas está no ensino municipal (48,4%), seguido pelo estadual (32,1%), privada (18,6%) e federal (0,9%).

Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) sobre o 'Cenário da Exclusão Escolar no Brasil - Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação', lançado em abril de 2021, chamou atenção para o aumento expressivo do número de crianças fora da escola com a chegada da pandemia, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Covid-19), realizada por telefone no período de maio a novembro de 2020. Enquanto, em 2019, 1,1 milhão de crianças em idade escolar não estavam na educação básica, em sua grande maioria por

questões de vulnerabilidade social, em 2020 esse número saltou para 5 milhões. O levantamento ainda destaca que 40% dessa nova fatia é de crianças entre 6 e 10 anos, um segmento cujo ensino estava praticamente universalizado antes da pandemia. As faixas etárias com maior índice de exclusão são de 4 a 5 anos e de 15 a 17. Na região Nordeste, Alagoas é o estado que lidera o *ranking* de crianças que não estão estudando (4,3%) e, para reverter esse quadro, por iniciativa da secretaria de educação, estudantes da rede pública estadual com frequência mínima de 80% passaram a receber uma bolsa mensal de R\$ 100 e os alunos que voltaram às aulas na pandemia receberam R\$ 500. Aqueles que concluírem o ensino médio têm direito a um prêmio de R\$ 2 mil.

Neste momento, o desafio tem sido retomar as aulas presenciais e recuperar o atraso. Pesquisa produzida pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) apontou que 72% das redes municipais avaliaram o cumprimento dos protocolos de segurança sanitária como de dificuldade fácil a moderada, aumentando o grau de dificuldade para creches e pré-escola. Já a garantia de acesso à internet por parte dos alunos foi indicada como uma questão de moderada a difícil para 62% dos respondentes. O questionário foi aplicado entre 19 de outubro e 15 de novembro e respondido por metade das redes municipais (2.719 de um total de 5.570).



## Ventilação, máscaras e outros protocolos: as escolas estão preparadas?

De acordo com dados do Sistema Nacional Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2019, tabulados pelo portal Pindograma a pedido do jornal Folha de S. Paulo, só 44,8% das escolas estaduais do país têm ventilação considerada adequada. Esse número sobe um pouco nos municípios (46,5%) e é significativamente maior na rede federal (59,2%) e na rede privada (81,6%). A pesquisa, que considera a avaliação dos docentes e não é um parecer técnico, também indica que 71,6% das escolas públicas têm espaço adequado. Além disso, a limpeza foi bem avaliada em 84,4% dos casos.

Para o presidente da Undime, Miguel Garcia, as escolas das redes municipais têm condições de cumprir os protocolos de segurança. “Eu não consigo quantificar, mas a rigor, a grande maioria tem condição de volta e onde não tem é preciso concentrar um esforço para que isso aconteça. Os números do último Censo mostram coisas bem agravantes, como falta de água e banheiro. E essas continuam sem condição”, diz. De acordo com o Censo Escolar de 2020, em dados tabulados pelo Laboratório de Dados Educacionais (LDE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) a pedido do portal G1, o número de escolas sem banheiro é de 4.325, sem abastecimento de água são 2.953 e sem acesso à água potável 8.684, de um total de 135.051 estabelecimentos.

Com construção projetada para a garantia da boa circulação de ar e aproveitamento da luz natural, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) – que oferece ensino médio integrado à educação profissional, cursos técnicos subsequentes e várias formações voltadas para trabalhadores – realizou diversos estudos para aprimorar a ventilação dos ambientes e apresentar soluções que possam ser replicadas em outras escolas. “Contamos com uma equipe interdisciplinar e com apoio de especialistas em qualidade do ar da Fiocruz para avaliação das trocas de ar em cada um dos ambientes e vimos que já teríamos parâmetros de trocas de ar satisfatórios. Nossa busca de soluções adicionais foi para ampliar essas trocas de ar, oferecendo ambientes com a mitigação de riscos de transmissão de Covid-19 e demais vírus respiratórios”, explica a vice-diretora de Ensino e Informação da EPSJV, Ingrid D’avilla, uma das autoras do Plano de Retorno às Atividades de Ensino de Forma Presencial.

O professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz André Malhão defende que, como unidade técnico-científica da Fundação, que tem participado ativamente do combate à pandemia, é responsabilidade da Escola Politécnica realizar pesquisas e proposição de soluções de segurança sanitária não só para o seu próprio retorno presencial, mas também para serem replicadas em outros lugares, sem que sejam necessários grandes investimentos. Uma dessas soluções, diz o responsável por coordenar as obras de melhorias na escola, é a instalação de tubos de PVC com mi-

croventiladores acoplados para melhorar a circulação de ar em salas mal ventiladas. Nesse caso, será preciso fazer pelo menos duas instalações do tubo de PVC, uma para colocar o microventilador para funcionar em modo de exaustão, e assim retirar o ar da sala, e outra para colocar um equipamento em posição de ventilação, para que o ar novo entre e o que circula na sala se renove. Segundo ele, essa também é uma alternativa para tentar equilibrar conforto térmico, no calor do verão, com a necessidade de renovação do ar. Malhão acrescenta que os tubos não precisam ser de PVC e esta é apenas uma das várias iniciativas que podem surgir tendo como objetivo a necessária renovação do ar. Uma forma prática de aferir a capacidade de circulação do ar é a utilização de um medidor de concentração de gás carbônico, que em nível ideal deve ser de até 800 e com um limite de 1000 ppm (partes por milhão) de acordo com a Federação das Associações Europeias de Aquecimento, Ventilação e Ar-Condicionados, recomendação utilizada pela EPSJV/Fiocruz.

O investimento da EPSJV/Fiocruz no aumento da circulação do ar no interior das salas se deu com a compra de 224 ventiladores de teto e de piso, que significaram um custo de cerca de R\$ 130 mil. “Os ventiladores de teto [foram utilizados] para que o ar interno seja agitado e o ventilador de piso faça a exaustão, a retirada do ar de dentro da sala. Assim, com uma ventilação mecânica básica de ventiladores, seja de piso ou de teto, vai-se forçando uma renovação natural do ar”, explica Malhão. “Para as redes de ensino em que esses técnicos nem sempre estão disponíveis, a gente sempre trabalha com o parâmetro de que ambientes que tenham portas e janelas que possam permanecer abertas provavelmente terão trocas de ar adequadas para garantir um funcionamento das escolas”, completa Ingrid D’avilla.

Antes de as aulas presenciais serem retomadas nas salas convencionais, a área de pátio de 1.200 metros quadrados da EPSJV/Fiocruz recebeu tendas, doadas por empresas que decidiram contribuir com o esforço de enfrentamento da pandemia que a Fiocruz vem desenvolvendo. A ideia é que, mais do que salas de aula ‘ao ar livre’, esses espaços sejam adotados para a realização de eventos de toda a instituição. Com essa inovação, também se expandiu o espaço para refeitório dos alunos, que já funcionava em área aberta com cobertura. De acordo com Malhão, essa nova organização permite a refeição de 400 estudantes simultaneamente, com ventilação e distanciamento necessários. Também foram construídos lavatórios em áreas externas para facilitar a higiene das mãos e a escovação de dentes e banheiros com teto vazado para aumentar a circulação.

## Obras, limpeza e máscaras de tecido nas redes estaduais

Perguntadas sobre a realização de obras ou compra de ventiladores como parte dos protocolos de segurança sanitária em meio à pandemia, 12 secretarias estaduais de educação (PR, SP, RJ, MG, MA, RN, AL, SE, PE, AM, MT, MS) responderam à reportagem. Nenhuma relatou obras específicas de ampliação da ventilação, mas todas garantiram que houve investimento na melhoria das



LEONARDO COUTO / EPSJV-FIOCRUZ

As iniciativas da EPSJV/Fiocruz focaram o aumento da circulação de ar e uso de máscaras com alta capacidade de filtragem. No pátio de 1200m<sup>2</sup>, a colocação de tendas permitiu a ampliação do refeitório para 400 pessoas e foram construídos banheiros com teto vazado e piaas externas



LEONARDO COUTO / EPSJV-FIOCRUZ

escolas, sem especificar quais, e enfatizaram a autonomia de cada instituição para aplicar o dinheiro repassado pelos governos. Apenas as secretarias de Educação de Sergipe e do Maranhão informaram que a compra de ventiladores não foi necessária, pois todas as salas já contam com esses equipamentos. Entre os estados que detalharam obras realizadas, Paraná, Amazonas, Rio Grande do Norte, Alagoas e Mato Grosso relataram a construção de piaas externas.

Todas informaram que estão atentas aos protocolos de segurança e que fizeram investimentos para um retorno seguro, principalmente na compra de materiais de higiene e proteção. Mesmo diante das informações mais atuais de que o risco de contaminação pelo novo coronavírus por contato com superfícies é pequeno, o pesquisador do laboratório de Clima e Saúde da Fiocruz Diego Xavier considera importante o investimento das redes de ensino em material de limpeza. “A taxa de transmissão por contato é baixa, mas existe e os cuidados de higiene fazem com que as crianças se recordem dos outros cuidados que a gente precisa tomar”, defende.

Todas as secretarias que responderam à reportagem também confirmaram a distribuição de máscaras para alunos e profissionais. A opção, no entanto, foi por máscaras de tecido, quando a recomendação de especialistas para ambientes fechados é a utilização do modelo PFF2 ou equivalentes, que conferem maior proteção. “É um risco você colocar uma máscara de tecido em um ambiente fechado”, diz Xavier.

A distribuição de máscaras com alto grau de proteção foi considerada central no plano de retorno da EPSJV/Fiocruz, de acordo com Ingrid D'avilla. Como esses modelos mais seguros podem ser reaproveitados enquanto estiverem bem ajustados ao rosto, e até o final de 2021 nenhuma turma estava no presencial todos os dias da semana, a escola fornece quatro máscaras por mês aos estudantes e trabalhadores, o que significa a compra mensal de 4.424 unidades do modelo KN95, padrão equivalente ao PFF2. A vice-diretora explica que esse número deve subir com o retorno total dos cursos presenciais na escola a partir de janeiro. Comprando cada unidade por R\$ 0,71, a Escola gastou pouco mais de R\$ 3 mil nessa medida de proteção. D'avilla considera que a aquisição desse tipo de máscara seria o investimento

de mais baixo custo e imediato que as escolas em geral poderiam fazer para implementar um bom protocolo sanitário no retorno às aulas presenciais. “Embora a gente tenha que reconhecer que as escolas precisariam melhorar também a sua infraestrutura, sobretudo porque vamos vivenciar possivelmente um ciclo pandêmico, com o surgimento de outros vírus respiratórios. Pensar na melhoria da qualidade do ar não diz respeito somente ao enfrentamento da Covid-19, mas significa reconhecer o quanto as escolas já eram potenciais disseminadoras de outros vírus respiratórios”, avalia.



É UM RISCO VOCÊ COLOCAR  
UMA MÁSCARA DE TECIDO EM  
UM AMBIENTE FECHADO'

**DIEGO XAVIER**

Pesquisador do laboratório de Clima e Saúde da Fiocruz

O presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Vitor Ângelo, admite que as escolas públicas precisam de muitas melhorias de infraestrutura, mas considera que há condições para o retorno. “Quando nós achamos que para reabrir as escolas por causa da pandemia, vamos ter que reformar todas as escolas e modernizar todas as estruturas, é melhor reconhecer que não é para abrir, porque não vai abrir tão cedo. Mas é razoável imaginar que em um país tropical como o nosso a escola não tem ventilador? É o que eu quero dizer que é improvável”, argumenta. E completa, com o exemplo do que foi feito no Espírito Santo, estado do qual ele é secretário de educação: “Em alguns lugares a gente quebrou um pedaço da parede e colocou cobogó [elementos vazados de concreto] para fazer uma ventilação cruzada”, conta.

Otimista em relação à capacidade das escolas de cumprir os protocolos adequados, Diego Xavier destaca a importância de se gerir os riscos. “O ideal é que a gente tenha uma

entrada e uma saída de ar. Só com o ventilador, com a sala totalmente fechada, o ar se mantém ali dentro. A gente sempre tem que pensar em como consegue diminuir o risco e quais são as situações que aumentam esse risco. Se existe esse distanciamento, as crianças estão com máscaras adequadas devidamente ajustadas, o risco diminui”, avalia.

Parte dessa “gestão de riscos” passa pela avaliação sobre a quantidade de alunos que permite uma permanência segura em sala de aula. A vice-diretora de ensino da EPSJV/Fiocruz avalia que, com o uso de máscaras PFF2, a necessidade de distanciamento entre estudantes e professores diminui. Ela cita, como referências, um recente estudo realizado por pesquisadores do Instituto Max Planck, na Alemanha, que concluiu que a utilização desse tipo de máscaras reduz a chance de contaminação a quase zero, e um informe do CDC (Centro de Controle e Prevenção de Doenças) dos Estados Unidos lançado em março que reduziu a necessidade de distanciamento de dois para um metro nas salas de aula.

Em várias redes de ensino, no entanto, como no Espírito Santo, o distanciamento inicialmente realizado foi completamente abolido, o que, para Diego Xavier, representa um risco. O pesquisador defende que, ainda que os estados garantissem a distribuição de máscaras PFF2 – o que não está acontecendo –, a distância mínima seria necessária. “A probabilidade [de se infectar] cai muito, mas em ambientes aglomerados sempre existe um risco elevado mesmo com máscara”, diz, explicando que a definição exata do que se considera aglomeração precisa ser feita caso a caso. “Não existe número cabalístico para aglomeração. Um cenário em que 100 pessoas estão de máscara, com um certo distanciamento, é tão seguro quanto o que tem apenas duas pessoas com os mesmos cuidados”, afirma.

Xavier, no entanto, tem preocupações que vão muito além da sala de aula. “Um grande problema que a gente tem identificado nas escolas é a falta de envolvimento da comunidade escolar, dos pais, das pessoas do setor de transporte. O que tem acontecido muito é essas crianças se reunirem e se aglomerarem na frente da escola [no horário da] saída, da chegada e nos intervalos”, comenta. Mesmo que a evolução de quadros mais graves de Covid-19 e a taxa de transmissão seja menor

entre menores de 12 anos, os riscos não podem ser ignorados. “Essas crianças são vetores de transmissão e elas não vivem sozinhas. Muitas vivem com seus avós ou outras pessoas que têm algum fator de risco e pode ocorrer a transmissão”, enfatiza. Além disso, a volta às aulas presenciais envolve um número significativo de estudantes acima dessa faixa etária, que transmitem o vírus da mesma forma que os adultos. “A gente tem apontado muito a necessidade dessa conversa que as escolas e os pais precisam ter com as crianças, porque não vai ser possível ter vigilância o tempo todo”, diz Xavier.

O plano de retorno elaborado pela EPSJV/Fiocruz também incluiu o monitoramento dos casos de Covid-19 entre alunos e trabalhadores. Esse monitoramento inclui a necessidade de ficar em casa no aparecimento dos sintomas, a realização de teste, além da exigência da vacinação. De acordo com a vice-diretora de Ensino e Informação da instituição, ainda que tenha havido registro de infecções, até o fechamento dessa reportagem não tinha acontecido cadeia de transmissão local na escola.

### Cortes no orçamento

Todas essas providências para tornar a volta às aulas presenciais mais seguras esbarram num problema que vem de muito antes da pandemia, mas se agravou com a crise sanitária: os cortes no orçamento da educação. Estudo lançado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em outubro do ano passado mostra o tamanho dos cortes federais na educação e calcula que “para garantir investimentos em infraestrutura e segurança das escolas, para retomada das atividades presenciais, alimentação escolar e pagamento de pessoal”, seria necessário um piso emergencial de R\$ 184,4 bilhões para 2022. Aprovado no dia 13 de dezembro pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), a previsão de gastos com o Ministério da Educação em 2022 é de R\$ 134,7 bilhões. Além disso, dados do Portal da Transparência mostram que mesmo com o orçamento enxuto, o Ministério da Educação não gastou todos os recursos disponíveis. Em 2020, dos mais de R\$ 110 bilhões previstos, foram executados apenas R\$ 88,08 bilhões. E um cenário similar aconteceu 2021: dos R\$ 115 bilhões previstos, foram executados R\$ 88,58 bilhões.

Outra preocupação comum à Campanha e à Undime diz respeito à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 13, que tramita no Senado desde o final de 2020 e deve seguir para a Câmara dos Deputados. A proposta isenta os gestores da obrigação do investimento de pelo menos 25% do orçamento em educação de 2020 e 2021. “Com a possibilidade de não aplicação, muitos municípios recuaram no processo de investimento da estruturação das escolas, municípios até que estavam organizando o processo de volta, também falaram em segurar para fazer no ano que vem. Isso na expectativa de poder não utilizar esse recurso efetivamente na educação e sim em outras áreas”, diz Miguel Garcia. O

Sala de aula em Ananindeua (PA) tem concreto vazado para aumentar ventilação

NUCOM-SEAC



# GUIA DE VERÃO

Orientações para aproveitar o calor da estação de forma segura e não ser roteador de coronavírus

Juliana Passos

**S**ol, calor, praia, parques, reuniões entre amigos, bar, férias escolares e mais calor. Difícil ficar em casa, quando tudo conspira a favor de estar na rua. O balde de água fria, ou de água quente nesse calor, é uma pandemia que ainda não acabou, impondo a necessidade do uso de máscaras e de se evitar aglomerações, ainda que a vacinação seja grande aliada, especialmente contra casos graves. Mas nem tudo está perdido. Os especialistas ouvidos por esta reportagem garantem que é possível manter uma vida social ativa, desde que sejam tomados alguns cuidados. “Temos a questão de novas variantes surgindo e a gente nunca sabe como vão funcionar completamente, mas já sabemos o que tem que ser feito. Não é preciso o mesmo nível de preocupação do começo, mas os cuidados são necessários para não deixarmos [os casos] explodirem de novo”, diz o coordenador do monitor InfoGripe e pesquisador da Fiocruz, Marcelo Gomes.

Nesta matéria preparamos algumas dicas em formato de perguntas e respostas para você aproveitar o verão, sem desistir de se precaver contra a infecção e transmissão do novo coronavírus. Mas antes de sair por aí, é importante prestar atenção na evolução dos casos, algo que pode ser um pouco confuso em meio a tantas informações. Por isso, também apresentamos os dados aos quais você deve ter atenção para saber qual a situação de risco na sua região. O problema, como você verá, é que também há gargalos de informações.

## COMO SABER SE MINHA CIDADE ESTÁ COM BAIXA TAXA DE TRANSMISSÃO?

A recomendação é que se preste atenção na evolução do número de casos e na taxa de ocupação dos leitos de hospital, diz a pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Bianca Borges. “Nesse caso, o importante é perceber se esse tipo de notificação está crescendo ou diminuindo. O número absoluto não é tão significativo”, explica. Ela aponta o dado das hospitalizações como o mais confiável. “Esse dado é bem preenchido e funciona como um bom indicador sentinela, tanto que ele é monitorado assim desde o início da pandemia”, diz. A informação sobre a quantidade de hospitalizações é o principal indicador utilizado para a classificação das bandeiras de risco, mas estados e municípios adotam classificações um pouco diferentes, explica Borges.

Em julho de 2020, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) elaborou uma recomendação de indicadores para os gestores públicos. Nessa proposta, a classificação tem cinco níveis de risco: muito baixo (verde), baixo (amarelo), moderado (laranja), alto (vermelho) e muito alto (roxo). O índice é construído a partir de pontuação de indicadores de capacidade de atendimento (número de leitos ocupados e previsão de esgotamento de leitos de UTI – Unidade de Terapia Intensiva) e epidemiológicos (número de óbitos, número de casos de síndrome respiratória aguda grave - SRAG - e taxa de casos positivos para Covid-19). Para todas as classificações o Conass recomenda os cuidados de distanciamento físico, com reforço a partir da classificação amarela – em que eventos que gerem aglomeração devem ser evitados –, e ampliação das medidas de distanciamento na classificação laranja – com a proibição de eventos que gerem aglomeração. Na classificação vermelha, apenas serviços essenciais devem funcionar. Mesmo com as orientações do Conass, estados e municípios puderam adotar parâmetros diferentes. A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, adota uma

classificação em quatro níveis (baixo, moderado, alto e muito alto) e considera apenas taxa de ocupação de hospitais e número de óbitos.

A pesquisadora da EPSJV/Fiocruz indica as plataformas Monitora Covid-19 da Fiocruz e do Ministério da Saúde para o acompanhamento da evolução da doença e comenta que os principais dados chegam das redes estaduais. O MS disponibilizou recentemente uma plataforma para consulta por município, mas para a sanitarista, só aqueles de maior porte vão ter a capacidade de coletar e disponibilizar dados de qualidade e atualizados. Esse é o caso da cidade do Rio de Janeiro, que oferece um detalhamento até por bairro, subsídio importante para pautar as demandas locais por acesso à saúde. Mas fique atento: Borges explica que bairros com mais notificação de casos não necessariamente estão em maior risco, ou seja, essa informação pode significar apenas que neles estão sendo realizados mais testes.

## MAS EU NÃO PRECISO SABER SOBRE OS CASOS BRANDOS?

Sim, mas mapear os casos brandos é um desafio por vários motivos. O primeiro é consequência de uma boa causa: a efetividade das vacinas fez com que as pessoas com casos leves procurassem menos as unidades de saúde. Outra questão apontada por Marcelo Gomes é a demora no processamento dos dados diante da quantidade enorme de notificações, principalmente nos estados mais populosos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Uma boa notícia, de acordo com o coordenador do InfoGripe, foi o aumento da quantidade de testes antigênicos, que são muito mais precisos do que os sorológicos que foram muito utilizados no início da pandemia, e cujo resultado sai muito mais rápido do que o PCR, o que ajuda a diminuir a defasagem entre o informe do caso e a sua tabulação.

Um indicador auxiliar é o de síndrome gripal. Borges explica que esse dado era monitorado apenas em alguns espaços, mas com a chegada da Covid-19, passou a ser uma informação que todas as instituições de saúde, públicas ou privadas, precisam comunicar. “Quando os índices estão baixos, essa comuni-

ção é um pouco deixada de lado, mas ela é importante. Foi esse indicador que permitiu informar a existência de uma nova síndrome de Influenza”, diz. Apesar de funcionar como um alerta epidemiológico para equipes de saúde, o monitoramento de casos brandos no Brasil, funciona bem apenas quando há um grande número de casos. “Aí ele deixa de ser um indicador sentinela”, explica Borges.

No boletim epidemiológico divulgado dia 13 de dezembro pelo Observatório Covid-19 e InfoGripe, ambos da Fiocruz, os pesquisadores exemplificam a dificuldade na obtenção de dados com o registro de uma alta abrupta dos casos no Espírito Santo e Acre. Em um momento de baixa dos casos, o entendimento é de que se trate de defasagem na notificação dos dados. O boletim se refere às semanas epidemiológicas (SE) 47 e 48, que correspondem ao período de 21 de novembro a 4 de dezembro, e informam que o problema vinha sendo identificado há dez semanas. “Os sistemas de informação vêm apresentando problemas na coleta, digitalização e disponibilização de registros de casos e de óbitos. As falhas se refletem na divulgação de registros, ora muito abaixo do esperado, ora de aumento abrupto no número divulgado de

casos de Covid-19, como observado desde a SE 37. A irregularidade do fluxo de notificação de casos e óbitos prejudica o acompanhamento da pandemia e a avaliação dos possíveis impactos de medidas de flexibilização, que vêm sendo adotadas em alguns estados e municípios”, avaliam. E concluem: “Para assegurar o transcurso do verão em condições seguras, é essencial o aperfeiçoamento de sistemas de informação, bem como a análise e divulgação oportuna de tendências e condições de risco”.

### ***E O DADO SOBRE A COBERTURA VACINAL, É IMPORTANTE? POSSO CONFIAR NO PERCENTUAL DE VACINADOS DIVULGADO PELA PREFEITURA?***

No final de 2021, prefeituras de grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, comemoraram as altas taxas de vacinação. Ainda que essa seja uma notícia bastante positiva, é preciso ter cautela. “Ele é um indicador importante em termos de risco de novos casos graves, mas para transmissão em si não é”, diz Marcelo Gomes, explicando que o fato de as crianças não estarem vacinadas é um dos nós da qualidade desse dado. “Isso é que faz com que o percentual de vacinados da população adulta simplesmente não seja um bom indicador de proteção coletiva”, comenta.

Outra questão é saber onde mora parte das pessoas que se vacinaram nessas cidades com altos índices de imunização. Isso porque os dados individuais cadastrados no SUS estão bastante desatualizados em relação ao município de residência e, além disso, há muita mobilidade entre as regiões. “É muito comum os trabalhadores se vacinarem no município de trabalho, não no município de residência, justamente por conta do horário em que os postos de saúde ficam abertos. Isso acaba inflacionando o total de vacinados no município que recebe esses trabalhadores de cidades vizinhas e diminuindo a quantidade de vacinados nos municípios de residência”, explica Gomes. Bianca Borges lembra que é preciso considerar ainda a quantidade de visitantes que as cidades turísticas, como o Rio de Janeiro, recebem.



## EXISTEM TESTES RÁPIDOS CONFIÁVEIS? EM QUAIS SITUAÇÕES DEVO OPTAR POR UM PCR?

Bianca Borges explica que o teste PCR, o mais detalhado e demorado, só é efetivo a partir do terceiro dia da apresentação de sintomas. No entanto, como sabemos, os assintomáticos têm um grande papel na disseminação da Covid-19. A sanitarista confirma a existência de testes rápidos confiáveis, em especial aqueles que medem antígenos, enquanto os sorológicos são pouco efetivos. Ela pondera que nenhum teste confere certeza de 100%, ainda que um bom teste rápido de antígeno consiga chegar a 95% de precisão. “Esta é uma boa medida para amparar a decisão das pessoas mais expostas em realizar alguns encontros”, diz. A cartilha elaborada pela Fiocruz e lançada no final de 2021 recomenda a realização de testes de dois a três dias antes para quem for viajar.

## COM QUE MÁSCARA EU VOU?

Infelizmente não existe número ‘cabalístico’ para medir aglomerações. Essa é uma questão que depende de fatores como distanciamento entre as pessoas, ventilação do ambiente e uso de máscaras, ou seja, precisa ser avaliada caso a caso. Tendo em mente que não existe risco zero, quanto melhor a qualidade da sua máscara, maior o distanciamento e mais ventilado for o ambiente, menor o risco. As máscaras PFF2 ou equivalentes são as mais seguras. Considerando, no entanto, que elas podem ser mais incômodas no calor, o pesquisador do Observatório do Clima e Saúde da Fiocruz Diego Xavier diz que é possível pensar em máscaras mais leves (preferencialmente cirúrgicas de duas camadas) para espaços abertos e usar as de maior proteção (N95, PFF2 e KN95) em locais com mais pessoas e menos ventilação, como cinemas, shoppings e supermercados. “A situação de pior risco está nos locais sem circulação de ar, como em ambientes climatizados por ar-condicionado, com muita gente e sem uso de máscara”, diz Xavier.

## É SEGURO SAIR SE FOR AO AR LIVRE?

Se para os adultos já é difícil o cumprimento dos protocolos, sair com crianças para a praça ou parque pode ser uma tarefa ainda mais árdua. Para esses casos, a recomendação é manter encontros com a mesma rede de famílias. “O ideal é que se tenha até três núcleos de familiares, sendo cada núcleo composto por pessoas que vivem numa mesma casa”, informa Marcelo Gomes. Ao fazer essa recomendação, a preocupação dos pesquisadores é dupla: tanto evitar infecções quanto facilitar o rastreamento (e consequente isolamento) posterior, caso a transmissão acabe acontecendo. As idas à praia foram apontadas pelos especialistas como as de menor risco, por contarem com brisa do mar e a presença do sol, que contribui para esterilização do ambiente. Mas por ser um ambiente em que o uso de máscara é pouco efetivo por conta do suor e umidade, é importante garantir o distanciamento de dois metros entre os núcleos familiares que não estão no arranjo feito por você.

Bares e restaurantes ao ar livre também podem ser uma boa opção de diversão. Uma vez que não será possível usar máscaras para comer e beber, a recomendação é que esses encontros se deem dentro da combinação dos núcleos familiares ou com pessoas que você saiba que estão tomando o máximo possível de medidas de proteção. A distância de dois metros entre as mesas também não pode ser esquecida. Agora, se esses espaços, mesmo ao ar livre, não puderem oferecer uma distância de dois metros entre os grupos familiares, a recomendação de Diego Xavier é direta: “Não vá”.



## POSSO REALIZAR REUNIÕES E ENCONTROS EM CASA?

O pesquisador da Fiocruz Eduardo Volotão, atualmente assessor do Conselho Diretor do Instituto de Investigações Biológicas Clemente Estable (IIBCE) para o tema Covid-19, em Montevidéu, no Uruguai, reforça que as trocas de ar são fundamentais para diminuir o risco de exposição. Por isso, se for se reunir em casa, manter portas, janelas abertas e usar ventiladores são medidas importantes para manter uma constante renovação do ar, ainda que o calor dessa época do ano possa tornar essa medida um pouco incômoda. Além de evitar grandes grupos, o ideal é confraternizar com quem está adotando as medidas de proteção. “Há um problema da falsa sensação de segurança com pessoas conhecidas e já observamos que as festas familiares podem ser grandes vetores do vírus”, alerta o pesquisador.

## QUAL O RISCO DE IR AO CINEMA?

Ainda que a recomendação seja dar preferência a espaços ao ar livre, curtir um filme pode ser uma opção de lazer mesmo sendo um espaço fechado e mal ventilado, como são os ambientes com ar-condicionado em geral. Os requisitos nesse caso, de acordo com Gomes, é que haja limitação da venda de ingressos e se utilize uma máscara com alta capacidade de filtração, do tipo PFF2 ou equivalentes. A cobrança do passaporte vacinal por parte das salas também tem um papel importante. “Por mais

que o principal objetivo da vacina seja evitar casos graves, ela também tem um impacto, embora menor, na diminuição do risco de transmissão”, diz.

## PRECISO EVITAR O ABRAÇO?

Depende. Marcelo Gomes diz que o ideal é priorizar os cumprimentos com os cotovelos e soquinhos, mas os abraços com máscara oferecem um risco médio. Já o cumprimento com o beijo no rosto traz um risco alto, porque aproxima muito a área de respiração entre as pessoas. Antes de ser acusado de querer abolir o beijo na boca em pleno verão, Marcelo Gomes pondera. “Não é que eu não possa fazer, a questão é com quem, em que ambiente, em que contexto e com que frequência. Não preciso abolir completamente, mas devo mudar meu comportamento em relação a todo mundo”. E reforça: “Se eu estou com grandes grupos, é preferível evitar o beijo e o abraço”, completa.

## MEUS DESLOCAMENTOS SÃO TODOS EM TRANSPORTE COLETIVO. COMO POSSO DIMINUIR OS RISCOS?

Como lugar fechado e comumente lotado, o transporte público é um grande gargalo de transmissão. Mas se for possível utilizá-lo fora dos horários de pico, em que se possa manter distanciamento, haja ventilação e com uso de máscaras de maior proteção (PFF2, N95 e similares), o coordenador do InfoGripe avalia que o risco de infecção e, consequentemente, de transmissão, é pequeno.

## QUE CUIDADOS DEVO TOMAR NAS VIAGENS DE LONGA DISTÂNCIA?

Os aviões possuem um sistema de filtragem eficiente que permite que viagens curtas sejam feitas em maior segurança, no entanto, há o tempo de espera nos saguões. Os especialistas ouvidos pela reportagem também ressaltam que as companhias aéreas precisam fiscalizar o cumprimento dos protocolos. Já as viagens de ônibus são mais arriscadas, devido ao sistema de ar condicionado, e diferente dos ônibus urbanos, na maioria das vezes não apresentam a opção das janelas abertas. Para aumentar os cuidados, algumas possibilidades são o isolamento inicial e a realização de testes de antígeno, que não necessitam de apresentação de sintomas para serem feitos. Marcelo Gomes recomenda que, se não for feito o isolamento inicial, a própria família redobre os cuidados e fique em isolamento nos 14 dias seguintes à viagem. Eduardo Volotão comenta que é difícil falar em tempo de viagem curta ou longa, e entende que a capacidade de transmissão dentro do ônibus de viagem está mais condicionada à distância entre as cadeiras de alguém potencialmente contaminado e o tipo de máscara utilizado. Em outras palavras, viajar nesse momento é uma atividade de alto risco, que precisa ser feita com moderação. ○



## 'A REFORMA É CRUEL COM OS ESTUDANTES PORQUE CRIA UMA IDEIA DE QUE, SE FIZEREM TUDO CERTO, ELES VÃO TER SUCESSO'

Cátia Guimarães



Um argumento principal em defesa da Reforma que será implementada a partir de 2022 é que o ensino médio não é atrativo para os jovens. Era preciso reformar o ensino médio?

A pergunta é o que significa reforma. Quando a gente fala que a educação não atendia às necessidades de uma formação integral dos estudantes, que articulasse trabalho, cultura e ciência, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2012, isso é um indicativo de que se precisava melhorar

o ensino médio. O ensino médio é um aprofundamento de conhecimentos científicos, inclusive porque você tem um desdobramento disciplinar: não dá mais para ensinar ciências simplesmente porque tem o campo da biologia, da física, da química... E esse aprofundamento implica você ter professores formados, ter laboratório, ter mais tempo de estudo, ter construção de maior autonomia, ter mais investimento. Falava-se da necessidade de se ter um diferencial de financiamento para uma educação que, por ser mais específica e mais aprofundada, exige uma estrutura que as escolas no Brasil não têm. Então, eu diria que uma reforma curricular como foi feita não seria necessária, mas uma reforma em termos de financiamento, formação e condições de trabalho sim, seria. Inclusive, isso os estudantes demandam na maior parte das pesquisas que se fez com os jovens nos últimos 15 anos. Mesmo nas pesquisas das fundações [empresariais da educação] isso aparece, mas elas não dão ênfase na divulgação.

Mas uma pesquisa encomendada pelo Sesi e Senai, divulgada em outubro de 2021, mostrou que os estudantes manifestavam satisfação ligeiramente maior com o novo ensino médio em comparação com o antigo. Como você avalia esse resultado?

As fundações [empresariais da educação] já vinham fazendo pesquisas como essa, com uma ênfase muito grande numa enquete sobre as percepções dos estudantes em relação ao ensino médio. Então, se pergunta: 'Você acha que ensino médio precisava ser mais atraente?', 'O que você gostaria de ter: tecnologia, esportes, aulas em lugares diferenciados?'. O estudante pensa: 'Bom, em vez de matemática eu vou ter uma aula de CAD, em vez de biologia, vou ter aula de, por exemplo, programação, em vez de sociologia, vou ter aula de redes sociais'. E a resposta é: 'Sim, eu gosto mais desse ensino médio'. Ou seja, é uma enquete que vai pela superficialidade momentânea, que

DEBORA GOULART

Quando o ano letivo de 2022 começar, a Reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017, terá finalmente que ser implementada. É verdade que haverá exceções – há estados em que o legislativo votou pelo adiamento, em geral com o argumento das dificuldades trazidas pela pandemia – mas essa é apenas uma das muitas diferenças (e desigualdades) que as mudanças promovidas na última etapa da educação básica brasileira promoverão. Trata-se, de acordo com a análise da professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Debora Goulart, da quebra de um pacto de universalização do ensino médio que o país firmou desde a Constituição de 1988. E que responde diretamente às necessidades de uma nova organização das relações de trabalho, cada vez mais precárias, flexíveis e subordinadas. Nesta entrevista, a pesquisadora, que integra a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a Rede Escola Pública e Universidade (Repu), desmistifica a crença de que a reforma valoriza o direito de escolha dos estudantes, avalia o modo como a formação técnica e profissional é abordada no novo ensino médio e comenta os interesses empresariais que atravessam todo esse processo de mudança.



não justifica o que significa a importância do ensino médio. Tanto é assim que os itinerários formativos dos estados que conseguiram avançar durante a pandemia têm nomes que a própria secretaria de educação diz que são atrativos, como se fosse necessário fazer um *marketing* sobre o novo ensino médio para que ele possa engajar os estudantes. Em São Paulo, tem um itinerário, por exemplo, que se chama ‘Se liga na mídia’.

Existe mesmo uma crítica dos estudantes às metodologias, aos espaços limitados e à organização do tempo da escola, que não mudou. Tem uma crítica dos estudantes à sobrecarga do interior da sala de aula e a um ensino de transmissão. No entanto, eles gostam dos professores que dão aula com os conceitos porque percebem que aprendem. As aulas em que eles percebem que na verdade estão fazendo um debate simplesmente acabam sendo bastante criticadas porque eles reconhecem a necessidade daquilo que estão acessando na escola. Então, essa é uma pesquisa que mostra uma visão imediata do estudante sobre o seu querer. E, ainda assim, a diferença [entre quem prefere o novo ou o velho ensino médio] apontada na pesquisa é pequena.

**Você e outros críticos têm apontado que essa reforma aumenta a desigualdade entre os jovens da escola pública e da escola privada. A reforma, no entanto, vale para todas as escolas. Por que essa diferença?**

As escolas privadas pequenas não têm condições de diversificar [a oferta de itinerários] porque já trabalham com o sistema apostilado, por exemplo. Como é uma reforma curricular, se você oferecer quatro itinerários, tirando o profissionalizante, com as disciplinas aprofundadas, pode resolver o problema. O que você vai possibilitar é que o estudante tenha algum direcionamento de formação, mas que garanta as disciplinas comuns da matriz que já existe. O que as secretarias têm chamado de aprofundamento, a gente tem chamado de afunilamento e é isso que as escolas privadas não farão. Elas não precisam afunilar tanto porque têm a autonomia que a escola pública não tem. Então, ela pode fazer um itinerário com biologia 1, física 1, química 1 e todas as outras matérias se mantêm. E, nas escolas da burguesia mesmo, você pode fazer o contraturno com teatro, música, violino, natação, como já acontece. Muda muito na rede pública, na privada, muda muito pouco.

**Isso é parecido com o processo que aconteceu na época da lei 5.692, da profissionalização compulsória?**

É, só que a lei 5.692 não foi para frente. Trinta anos fazem muita diferença. Como é que formava um mecânico sem um laboratório de mecânica? Não tem como. Mas como é que você vai formar um empreendedor agora? Está fácil. Para formar um perito criminal, você precisa de um laboratório, mas para formar empreendedor de bolo de pote não precisa.

**Um argumento a favor da reforma é o do direito de escolha dos estudantes, de que eles escolherão o que querem estudar, na forma do itinerário formativo. Qual a sua avaliação sobre isso?**

Eu acho que esse é o ponto mais superficial da defesa do novo ensino médio. Na minha visão, o novo ensino médio atende a uma demanda de diversificação e fragmentação do sistema educacional. Cada estado vai ter o seu grau e sua especificidade. Na Constituição de 1988 e depois na LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação], ainda existia um campo grande da educação que tinha um pacto de universalização e ampliação do ensino médio, de maneira que todos tivessem acesso ao mesmo ensino. A gente sabe que uma política universalizante também vai esbarrar em elementos sociais como classe, raça, gênero, localidade, regionalidade, etc., mas era a ampliação de uma política universalizante. O novo ensino médio quebra isso.

As mudanças em relação ao mundo do trabalho trazem a exigência de uma formação bastante diversificada. Então, uma parcela dos estudantes vai ser empregada em empregos mais qualificados, outros [em postos] menos qualificados e outros vão estar à própria sorte num mercado precário e flexível. Essa diversificação [do ensino médio] atende a essa necessidade, que não é só do mercado, mas das próprias relações de trabalho. É mais profundo. Essa escola não é mais nem de preparação para o trabalho, ela já é o próprio trabalho, já é o exercício dessa nova forma de trabalho. Daí os eixos formativos serem ‘processos criativos’, ‘empreendedorismo’, ‘investigação científica’, sempre pautados na ideia de elaboração de projeto e produto. E assim o estudante mesmo pode ser um produto mais empregável ou pode se colocar de maneira mais aceitável num mercado muito instável e precário.

O centro desse currículo são as competências socioemocionais, projeto de vida etc. E o derivado disso, que parece uma diversificação mas acaba não sendo, são os itinerários formativos. Essas competências socioemocionais são basicamente um civismo, um engajamento numa forma de trabalho flexível. O que parecia uma forma de diversificação do currículo, na verdade, é um afunilamento e um empobrecimento do currículo. E é claro que isso só é sustentável com a superficialidade do engajamento pelo gosto e pelas aptidões dos estudantes. Então, se eu gosto muito de maquiagem, vou fazer um curso de estética. E isso será o meu ensino médio, diferente de alguém que está num Instituto Federal que vai ter uma outra formação. Você, de fato, vai oferecer ensino médio diferente para jovens de classes diferentes.

**Uma questão que foi criticada desde o lançamento da Reforma é que, com a carência de recursos e estrutura das redes, dificilmente essa escolha seria livre. O máximo que a lei determina é que é preciso oferecer mais de um itinerário formativo por município. Vai ter escolha de verdade?**

Não. Primeiro temos que perguntar o que exatamente o estudante está escolhendo: uma profissão, uma área de conhecimento, uma profissão dentro de uma área do co-

nhcimento? Na verdade, o que ele está escolhendo é, em grande medida, algo que ele entende que é do seu gosto. E ninguém está dizendo que isso não seja importante, mas a grande questão é que não deveria acontecer dessa forma, e não no ensino médio. Segundo, existem os itinerários ‘puros’ – ciências da natureza, ciências humanas etc – e os itinerários combinados. Isso foi pensado no âmbito do Consed [Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação] e da Undime [União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação] com a assessoria das fundações [empresariais]. Diz-se todo tempo que não se deve mais formar para uma profissão porque a profissão está ultrapassada, agora é formar para as possibilidades de atuação. Para isso, você tem itinerários combinados: por exemplo, ciências humanas mais ciências da natureza, que ganham um nome. Não são cinco itinerários. No caso de São Paulo, são 11, dez puros mais os combinados, mais o itinerário formativo quinto [formação técnica e profissional], que se desdobra em 23 cursos. Vai ter uma enormidade de cursos que tiram o básico da formação e, no lugar, colocam o estudante, por exemplo, para aprender planilhas de Excel. Essa troca é que eu acho nefasta: você deixa de ter conteúdo da biologia e da física, das ciências humanas, para ter cursos rápidos de 30 horas sobre como montar planilhas de Excel. Então, não é profissionalizante também, é um aligeiramento. Ainda assim, vamos pensar no caso daquela estudante que gosta de maquiagem e quer fazer estética. Se na escola não tem esse itinerário formativo, ela vai para a área de ciências da natureza, que é a que mais se aproxima, porque tem a química, por exemplo. Mas a escola pode não ter também. Na verdade, quem dá a possibilidade de entrada é a rede, não é o estudante. No pior dos casos, as escolas terão um ou dois itinerários, algumas escolas três. Nas cidades menores, isso se torna ainda mais complicado. O estudante pode trocar de escola [para cursar o itinerário que escolher], só que isso implica aquela velha discussão sobre locomoção e mobilidade na cidade ou entre as cidades, no caso dos interiores.

Outro problema: se comecei a fazer ciências da natureza numa escola e por qualquer motivo tive que mudar, eu simplesmente não tenho mais condições de acompanhar, vou ter que entrar no itinerário que a nova escola, no meu outro endereço, vai me oferecer. Então, quanto mais a gente avança nas possibilidades de cursar o ensino médio na realidade no Brasil, mais essa ideia de que o estudante escolhe algo cai por terra. A ideia de escolha não se sustenta.

**Um dos itinerários é o de formação técnica profissional, que pode ser ofertado como curso técnico ou como sequência de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Parece educação profissional integrada ao ensino médio mas não é. Por quê? Como você avalia esse itinerário?**

O itinerário cinco deixa mais evidente o tipo de conhecimento, de prática, de ação, de atitude que esse jovem está sendo formado para ter na vida em sociedade. A relação de trabalho é o centro, mas uma relação de trabalho subordinada,

precária, mal paga, instável. Se você olhar para o que as redes estão oferecendo no quinto itinerário, são cursos rápidos para atuar no trabalho precário: por exemplo, planilha de Excel, inglês básico, CAD, redes sociais, uso de internet, elaboração de sites etc. Esse tipo de curso de 30 horas, mais 30 horas, mais 30 horas materializa, em termos de currículo, aquilo que foi dito, por exemplo, num documento da Fundação Lemann: que os empregadores pequenos, médios e grandes esperavam dos jovens trabalhadores conhecimentos fundamentais de língua portuguesa e matemática, uso das tecnologias e proatividade. Se você olhar para o currículo profissional, é exatamente isso que tem lá. Ao mesmo tempo, um documento do Banco Mundial e da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] diz que esse é o último coorte populacional de jovens e que é preciso aumentar a produtividade no Brasil. Como? Ensinando o jovem a trabalhar. Então nós vamos ensinar redes sociais, internet, língua portuguesa e matemática, a tríade de competências científicas, socioemocionais e técnicas. O itinerário profissionalizante, que não é profissionalizante na verdade, vai justamente se direcionar para essa necessidade de formação da nova juventude. E se dá um grande grau de importância às relações de controle dessa força de trabalho, por isso o ‘projeto de vida’ está no currículo de todos os estados. É uma forma de ensinar como se comportar, uma mistura de civismo com ‘como obter sucesso’. No PNLD [Programa Nacional do Livro Didático], aparece como um pouco de *coach*... É um conteúdo sobre o que eu desejo e como faço para alcançar os meus sonhos. E o material das fundações [empresariais] ensina isso.

Em algumas *lives* do Consed sobre a implementação da reforma se fala que o conhecimento que é inútil, a ciência de base, não precisa ter espaço no ensino médio. Deve ser ensinado aquilo que é útil, que vai ser utilizado imediatamente. Daí talvez a explicação para os jovens aprovarem o novo ensino médio, porque de fato o jovem tem uma imediaticidade da vida. ‘Eu vou usar para quê?’ é uma pergunta razoável. E na medida em que você diz que ele vai usar isso para arrumar melhor um emprego ou ter condições de ter uma microempresa, essa é uma resposta superficial e que não é real, mas que o jovem pode aceitar como viável.

Tinha uma discussão nos anos 1950, 1960 sobre como você relaciona o tipo de trabalho com o tipo de formação, qual o diploma que abre quais caminhos. O diploma era a expressão de um conjunto de saberes e práticas. A partir dos anos 1990 isso não é mais verdade. Os dados mostram que se tiver um diploma universitário você tem possibilidade de aumentar sua renda, mas essa renda tem caído ano a ano, década a década e essa diferença entre escolaridade e renda também tem decaído. A gente tem uma queda da renda do trabalhador médio. Você ter uma disciplina de projeto de vida que ensina a ser empreendedor não garante que você vai ser um MEI [Microempreendedor Individual] e que isso vai ser bem sucedido. Na verdade, o que a escola tem feito é aprofundar a competitividade entre os trabalhadores, mas a dinâmica escolar não garante a alteração das relações de trabalho. Isso é que não é real, e é cruel. A reforma é cruel

com os estudantes porque cria uma ideia de que, se fizerem tudo certo, se projetarem a sua vida, se conseguirem fazer tudo que a escola mandou, eles vão ter sucesso.

**A mesma pesquisa encomendada pelo Sesc e Senai apontou que a formação técnica e profissional é o itinerário que mais desperta interesse nos estudantes, motivados pelo desejo de ingressar logo no mercado de trabalho, embora a grande maioria também queira cursar o ensino superior. Como você avalia esse resultado?**

Querer ter uma boa formação, ingressar no mercado de trabalho e seguir para o ensino superior não são contraditórios. É contraditório nessa reforma porque ela coloca inclusive uma certa terminalidade, serve para frear o movimento de ampliação da escolaridade das camadas populares até o ensino superior. O que a gente tem que entender é que o ensino médio é, em grande medida, uma etapa da vida em que uma parcela da população deseja autonomia financeira e outra necessita de renda e já está no mercado de trabalho. Então, a questão é: 'Eu posso estar no mercado de trabalho e ainda assim pensar em avançar para o ensino superior?'. Uma coisa não precisa ser separada da outra. Mas essa reforma dificulta muito porque, na medida em que segmenta, fragmenta e destina para o itinerário que vai estar centrado no trabalho, complica muito a vida de quem já está no mercado de trabalho, que vai ter uma formação somente voltada para isso, e depois vai ter dificuldade para prestar o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio].

**Isso é diferente da formação que é e continuará a ser feita nos Institutos Federais, por exemplo?**

Completamente. No caso dos Institutos Federais, você tem uma concepção de um curso que é integrado, em que as ciências de referência orientam e se integram às práticas profissionais, aos métodos, ao que compõe um determinado campo do trabalho e uma profissão efetivamente. E isso está sendo pensado em termos de um projeto pedagógico que integra os professores, que têm condições de trabalho que permitem pensar esse projeto. A reforma do ensino médio não só não pensa isso, como todos esses projetos são feitos no âmbito da Secretaria de Educação e dos agentes privados e chegam às escolas prontos. E os professores que dão as aulas da parte profissionalizante não têm sequer relação com a escola: vão lá, dão aula e depois vão embora. Não há integração entre o corpo docente, os professores não sabem quem são os próprios estudantes e agora há a possibilidade de esses cursos serem dados por entidades privadas. Aí sim a gente está falando da clássica privatização, não tem outro nome. Está dada a possibilidade de o estudante se matricular em mais de um lugar: nem o local de estudo, de integração, de socialização, de construção de laços, de vínculos com a equipe docente e com seus colegas tem mais.

**Entre os críticos, há quem aponte a prevalência de interesses empresariais na reforma. Você concorda? Em que aspectos a reforma poderia favorecer grupos privados de educação?**

Eu acho que é preciso pensar em vários níveis, porque se não a gente simplifica. Uma primeira questão é pensar o quanto, num processo de crise intensa, que é mundial, com riscos de organização e convulsão social, é importante a formação de uma geração inteira de maneira a torná-la mais adaptável, mais conformada, mais competitiva. Isso é o que deseja e sempre desejou o grande capital. Essa é uma camada. A outra é o fato de, na reforma, os agentes privados poderem fazer política educacional como se fossem Estado. Quem faz a reforma não é o governo brasileiro, o governo brasileiro é o Estado onde atuam o Consed e a Undime com assessoria do Instituto Itaú Unibanco. Quem elabora a reforma é o Itaú Unibanco, quem implementa são as secretarias. A gente está falando aí de um outro debate sobre o que é público e o que é privado. É uma reforma empresarial feita pelo Estado. Por fim, lá na ponta, a gente tem os ganhos mais imediatos, como, por exemplo, com o PNLD, o Plano Nacional do Livro Didático, e o conjunto de editoras que fazem parte desses grandes *holdings* educacionais. Nos convênios para a oferta de cursos, a gente fica espantado com a qualidade. São empresas que, no popular, a gente vai chamar de fundo de quintal que estão oferecendo cursos [conveniadas com as secretarias de educação]. Só a título de exemplo, no contrato que está sendo feito pelo Centro Paula Souza junto com a Seduc em São Paulo, está definido que, se houver até 30% de evasão, a empresa recebe 90% do contrato.

**2020 e 2021 foram anos difíceis em função da pandemia, com efeitos diretos sobre a educação, com escolas fechadas, ensino remoto etc. Um projeto de lei chegou a pedir o adiamento do calendário de implementação da reforma. Quais as consequências de se instituir uma mudança dessas em meio a essa crise sanitária?**

A implementação está acontecendo de maneira diferente nos estados. Rio de Janeiro e Bahia, por exemplo, já adiaram a data... Isso vai gerar uma desigualdade maior ainda entre os estados. Um dos argumentos da reforma é exatamente que o ensino médio é muito desigual, que é preciso dar melhores condições para todos os estados e que para fazer isso é preciso flexibilizar. Bom, o que a gente está vendo é exatamente o oposto. Mas eu considero que tem sido feita uma opção política pelo autoritarismo mesmo. Trata-se de aproveitar a emergência sanitária para implementar uma reforma que tem muitas resistências tanto entre professores quanto entre estudantes. E, com as pessoas longe da escola, sem a comunidade escolar conseguir se reunir, isso se dissipa. Me parece que a implementação durante a pandemia é mais uma camada de todos os problemas que a gente viu no processo de implementação. É um processo completamente desigual, autoritário, e que vai trazer mais angústia para dentro do ambiente escolar. E isso aumenta a possibilidade de se ter projetos ainda mais autoritários dentro das escolas, porque a escola se transforma numa explosão de tensão. Aí você fala: 'Bom, ninguém aguenta as escolas, os estudantes estão muito violentos, a escola não está dando conta'. Claro, você tirou todos os pilares do que é a convivência, do que é o currículo, do que é o ensino médio, de para que serve a escola e quer que a vida siga com tranquilidade? Difícil acontecer. O

## UM PAÍS MAIS VELHO: O BRASIL ESTÁ PREPARADO?



Pandemia de Covid-19 mostrou a desigualdade no processo de envelhecimento e a falta de políticas públicas para esse segmento da população. Mas pesquisadores alertam que o problema existe há décadas e que o futuro não é nada animador

Cátia Guimarães

**E**ra para ser o primeiro de uma sequência de dez anos em que se promoveria um conjunto de ações para melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas. Mas a ‘Década do envelhecimento saudável’, estabelecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o período de 2011 a 2020, começou com uma pandemia que atingiu em cheio as populações mais velhas e matou milhões de idosos em todo o mundo – no Brasil, pesquisa da Fiocruz mostrou que, em 2020, quando ainda não havia vacina disponível no país, 75% dos óbitos por Covid-19 foram de pessoas acima de 60 anos. Mais do que uma “ironia do destino”, como caracteriza Yeda Duarte, professora da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora do estudo Saúde, Bem-estar e Envelhecimento (Sabe) no Brasil, a tragédia deve funcionar como um alerta. “Eu acho que a pandemia revelou as mazelas que a gente sempre teve e não queria enxergar. Porque a questão do envelhecimento como demanda de melhora de qualidade do acesso e criação de serviços específicos já está posta há décadas, só que ninguém quer ouvir”, resume Karla Giacomini, médica geriatra e presidente da Frente Nacional de Fortalecimento às Instituições de Longa Permanência, criada no contexto da pandemia.

De fato, já faz algum tempo que o envelhecimento da população brasileira se tornou um desafio para as políticas sociais e, particularmente, de saúde: afinal, esse é um dos muitos desdobramentos da transição demográfica, e consequente transição epidemiológica, que começou a ser percebida por aqui nos anos 1970 e se intensificou no final do século 20. De um país onde nascia muita gente, em que as pessoas morriam relativamente cedo, incluindo um grande número de crianças que sequer completavam um ano, o Brasil vem progressivamente experimentando a queda da taxa de natalidade, aumento da expectativa de vida e redução significativa da mortalidade infantil. As consequências dessas mudanças são várias e uma delas diz respeito ao desafio de garantir qualidade de vida para os cerca de 31 milhões de idosos que o país tem hoje, o equivalente a mais de 15% da população – para se ter uma ideia dessa transformação, em 2010 essa proporção era menos da metade, 7,3%.

### Envelhecimento desigual

A notícia é boa, mas não custa lembrar que, apesar de ser um indicador de desenvolvimento, esse processo acontece de forma muito desigual em todo o país. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2019, a expectativa de vida no Brasil atingiu 76,6 anos, mas a média da população dos estados mais pobres chega a ser 8,5 anos a menos do que nas regiões mais ricas. Em Santa Catarina, que ocupa o topo da longevidade, a expectativa de vida era de 79,9 anos, enquanto no Maranhão, que fica na outra ponta do *ranking*, ela cai para 71,4 anos. De acordo com Giacomini, esse abismo pode ser ainda maior no interior de uma mesma cidade: segundo ela, em Belo Horizonte (MG) há diferença de 12 anos na expectativa de vida entre a população que mora na regional periférica e na regional centro-sul. Em São Paulo, diz, entre a periferia e a zona no-

bre, essa distância pode chegar a duas décadas. E tudo isso sem contar elementos como cor e orientação sexual, que também afetam essas estatísticas. “Parte da população masculina negra jovem é privada da chance de envelhecer porque é dizimada pela violência urbana”, exemplifica.

Embora seja mais facilmente medida pela análise da expectativa de vida, essa mesma desigualdade social está presente quando se observa a qualidade do processo de envelhecimento daqueles que sobreviveram à morte prematura. “Não existe uma velhice única, há velhices diferentes. E a gente sabe hoje que o código de endereçamento postal [CEP] onde uma pessoa vive determina muito mais o envelhecimento dela do que a própria bagagem genética”, explica Giacomini, que completa: “É muito importante que as pessoas reconheçam que envelhecer é o resultado do acesso ou da falta de acesso a direitos fundamentais”.

Por incrível que possa parecer, o direito que funciona como maior determinação social do envelhecimento no Brasil é a educação. Em outras palavras, pesquisas mais recentes têm mostrado que as pessoas com níveis mais altos de escolaridade ao longo da vida chegam melhor à velhice. Os motivos são vários. Primeiro, a escolaridade funciona como um indicador indireto de renda, principalmente porque, em muitos casos, contribui para o acesso a melhores empregos e condições de trabalho. “A escolaridade determina todo um curso de vida”, resume Maria Fernanda Lima-Costa, coordenadora do Estudo Longitudinal de Saúde do Idoso (ELSI).



ELIAS ANTONIO ABRÃO / MÍDIA NINJA



LÉO LIMA / MÍDIA NINJA



ANTONIO MARIN JR / MÍDIA NINJA

Mas não é só. Giacomini explica que a escolaridade é também determinante do acesso à saúde. “Porque eu me conheço, tenho como saber quais os melhores hábitos e as melhores condições que eu poderia assimilar ao longo da vida. E tudo isso vai repercutir na velhice”, diz. E compara: “O contrário também é verdadeiro: se eu não tenho acesso à educação, vou viver com menos qualidade porque vou estar sujeita a condições de trabalho inferiores, a condições de saúde inferiores, vou ter menor acesso a saneamento, à iluminação pública e a vários outros direitos. E, por outro lado, vou estar mais sujeita à violência”.

Na comparação com o passado, esse indicador aponta uma melhora nas condições de vida dos idosos brasileiros. Segundo Yeda Duarte, as pessoas que chegam hoje à velhice têm uma escolaridade maior do que as gerações anteriores. Quando suas pesquisas sobre Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento (Sabe), que ela coordena, começaram, em 2000, 50% dos idosos em São Paulo eram analfabetos. Hoje, de acordo com a pesquisadora, esse número caiu para 30%. Já na projeção do futuro, há menos razões para otimismo. “É assustador saber que a gente está tendo dificuldades de acesso à pesquisa e à formação dos professores, ver a desigualdade de acesso à inclusão digital que a pandemia revelou... Isso compromete a geração futura em termos de educação e, portanto, também de saúde e envelhecimento”, lamenta Giacomini.

A desigualdade social interfere também na possibilidade de se manter hábitos saudáveis, que podem melhorar as condições da velhice. A partir de dados do ELSI, Lima-Costa afirma que a prática de atividades físicas é o elemento comportamental mais importante hoje para melhores condições físicas e cognitivas na velhice. Giacomini completa que, segundo as pesquisas mais atuais, tudo que se faz para “proteger o coração” ajuda um envelhecimento melhor do ponto de vista cognitivo. Por tudo isso, apoiar “bons hábitos” como caminho para uma velhice mais saudável é uma boa iniciativa, mas ela alerta que isso não pode ser proposto de “forma romântica”, sem considerar as condições dos sujeitos. “Se você pega, por exemplo, um motorista [de ônibus] do Rio de Janeiro, que trepidou o dia inteiro, foi violentado verbalmente na entrada e na saída de passageiros, que tem a expressão

do desconforto. Quando chegar ao final do dia, se você falar para ele comer brócolis, essa não vai ser a sua primeira opção”, ilustra.

### Mas o que significa envelhecimento saudável?

“Ter doença crônica é uma característica das pessoas conforme elas vão envelhecendo”. A explicação é de Yeda Duarte, que vai além: os dados do Sabe mostram que 60% da população idosa de São Paulo, por exemplo, tem o que hoje se chama de “multimorbidade”, ou seja, duas ou mais doenças crônicas ao mesmo tempo. “Mas isso não faz delas pessoas doentes”, garante. Isso porque, segundo a pesquisadora, o principal indicador de condição de saúde das pessoas idosas, de acordo com a OMS, é sua capacidade funcional. “O que se observa quando se avalia a funcionalidade é se o idoso é capaz de dirigir a própria vida de forma independente ou com alguma ajuda tecnológica assistida. Então, por exemplo, se eu tenho artrose e isso gera alguma dificuldade de andar, posso compensar com uma bengala. Talvez eu ande um pouco mais devagar, mas isso não me impede de continuar fazendo tudo que preciso fazer”, explica. Vale ressaltar, ainda, que essa maior ou menor mobilidade depende também das barreiras de acesso que a própria organização da cidade impõe: calçadas com mais buracos e lugares com mais escadas, entre outros, também dificultam essa independência. Duarte completa: “A funcionalidade mede aquilo que a gente chama de dificuldade no desempenho das atividades cotidianas. Nós estamos falando de tomar um transporte público de forma independente, de carregar pacotes de compras com 5 kg ou mais, de usar telefone de forma independente, mexer com dinheiro, ir ao banco, gerir as próprias contas, cuidar dos afazeres domésticos, entre outras coisas”.

Por tudo isso, mais do que as causas de mortalidade – em que prevalecem na velhice as mesmas doenças crônicas que afetam a maior parte da população brasileira –, é importante olhar para os fatores que limitam as atividades das pessoas idosas. Duarte destaca que, logo atrás da hipertensão, a segunda maior causa de doenças na velhice são os problemas osteoarticulares, que incluem nomes conhecidos como artrite, mas englobam também um conjunto de dores relacio-

nadas aos ossos e articulações. “Isso compromete de forma significativa a qualidade de vida das pessoas idosas, mesmo que não as mate”, explica. A naturalização desses e de outros problemas, segundo a pesquisadora, faz com que se acredite que, pelo avançado da idade, seja comum os idosos sentirem dor. Em São Paulo, de acordo com os dados do Sabe, 42% dessa população relata conviver com uma dor crônica. “Dor não é comum em ninguém. Dor mostra que tem alguma coisa de errado”, alerta.

Outro mito que precisa ser desmontado, de acordo com Duarte, é a ideia de que é normal que os idosos fiquem senis. “Por que se acha que todo velho com qualquer alteração de memória tem demência? Isso virou um fantasma na vida dos idosos”, critica. Ela explica que, embora seja, de fato, mais prevalente na velhice, a demência pode aparecer em outras faixas da idade adulta. Além disso, no Brasil, apenas uma minoria de idosos, entre 10% e 15%, sofrem com algum tipo de “declínio cognitivo”. Por isso, diz, é importante se diferenciar a senilidade – que é uma doença – da senescência, que se refere a mudanças fisiológicas próprias do envelhecimento que podem tornar os idosos mais lentos, por exemplo, mas sem gerar incapacidade.

Duarte ressalta que essa compreensão da velhice como doença se tornou tão forte que a própria OMS chegou a propor incluí-la no CID-11, a nova versão da Classificação Internacional de Doenças, que será lançada em janeiro de 2022. “É um absurdo”, critica a pesquisadora, que faz parte de um movimento internacional que pressionou e conseguiu reverter essa decisão. Segundo ela, há toda uma “indústria do antienvhecimento” por trás dessa concepção, que precisa ser combatida. “Agora eu vou conseguir eliminar a velhice? Só matando os velhos, porque a pílula da juventude não existe”, ironiza.

LARA FALCAO / MÍDIA NINJA

Ao contrário do que se costuma pensar, a maioria dos idosos no Brasil são independentes e cuidam mais do que são cuidados



Fazer atividade física é uma das principais medidas para um envelhecimento saudável, mas é preciso considerar as condições concretas das pessoas, dizem especialistas

## Dependência e ‘familismo’

Na verdade, ao contrário do que se costuma pensar, na dinâmica familiar brasileira, os idosos ocupam mais o papel de apoiadores do que de dependentes. “A população idosa mais ajuda do que é ajudada”, diz Duarte, justificando com dados do Sabe: “75% da população idosa é independente, cuida da própria vida, cuida do seu entorno e muitas vezes cuida da família”, diz. A pandemia de Covid-19, inclusive, deixou esse cenário mais evidente: desde o cuidado com as crianças que não podiam ir para a escola até o sustento da casa num momento em que muitos perderam emprego e renda, muitas famílias conseguiram se manter graças aos idosos.

Tomando como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua de 2018, Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), afirma numa nota técnica de julho de 2020, que em mais de 60% dos larés com pessoas a partir de 60 anos, os idosos são responsáveis por mais da metade da renda total da casa. Também realizada durante a atual crise sanitária, pesquisa das universidades de Berlim, Federal de Minas Gerais (UFMG) e de Brasília (UnB) mostrou que os melhores índices de segurança alimentar eram encontrados nas residências em que havia pessoas com mais de 60 anos. Em meio à crise sanitária atual, a contraface do importante papel desempenhado por essa população, como alerta a nota técnica do Ipea, é um possível empobrecimento das famílias que perderam seus idosos para a Covid-19.

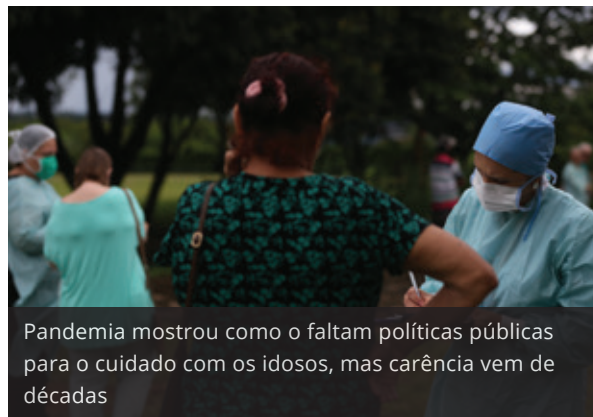
Claro que parte desse apoio vem da renda do trabalho de idosos que permaneceram ‘na ativa’, mas o diferencial dessa contribuição para o sustento familiar, sobretudo em tempos de alto desemprego, são os benefícios que vêm da seguridade social, como pensões, BPC (Benefício de Prestação Continuada), no caso dos segmentos mais pobres, e aposentadoria. Exatamente por isso, as perspectivas para as gerações que vão envelhecer no futuro são pouco animadoras. “Os idosos de hoje são de uma geração que conseguiu se aposentar e teve uma condição de vida possivelmente melhor na velhice do que as gerações futuras. Porque nós estamos em um pro-

cesso de desmonte do direito da aposentadoria, reflexo tanto do desmantelamento da proteção trabalhista e do aumento da informalidade do trabalho quanto das reformas na previdência que têm o objetivo de reduzir os custos do Estado. Essas pessoas não vão conseguir se aposentar mais tarde ou vão receber o valor menor da aposentadoria”, lamenta Daniel Groisman, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

Essas são previsões para o futuro. Mas a geração que experimenta a velhice hoje já tem sua própria cota de denúncias sobre a ausência do Estado na proteção social dos idosos. Se é verdade que uma parte significativa das pessoas mais velhas vive de forma independente, também é fato que aquelas que demandam cuidados quase não contam com políticas públicas que melhorem a qualidade desse processo de envelhecimento. “Tradicionalmente, no Brasil e na América Latina de um modo geral, nós temos uma coisa chamada familismo: damos à família a completa e total responsabilidade pelo cuidado das pessoas mais dependentes e, dentre elas, as pessoas idosas. E se esquece de que é constitucional que a responsabilidade pelo cuidado das pessoas mais dependentes, incluindo crianças doentes e idosos, é da família, da sociedade e do Estado. Mas só a família é criminalizada se esse cuidado não acontecer”, explica Yeda Duarte. Groisman completa: “O Brasil não tem uma política nacional de cuidados, que é uma demanda já discutida há muito tempo. E isso certamente é motivo de morte precoce de idosos, de aumento de casos de violência, abandono e maus tratos”.

Essa ausência ficou ainda mais evidente na pandemia. Como principal grupo de risco da Covid-19, a recomendação era que os idosos evitassem sair de casa. Mas, para os quase 5,5 milhões de idosos que moram sozinhos no Brasil (cerca de 17% dessa população, segundo o IBGE), as coisas não foram tão fáceis. De acordo com a coordenadora do Sabe, em São Paulo, durante a pandemia, apenas 30% da população idosa conseguia usar o telefone para pedir compras, comida e medicamentos, entre outras necessidades. “Ou ele tinha ajuda ou saía de casa e quebrava a restrição [sanitária]”, resume. E completa: “Já se tinha que ter pensado em uma estratégia de política pública para ajudar essas pessoas. Mas isso não aconteceu”.

As consequências da pandemia sobre essa população foram muitas. “Além das perdas de vida, a gente está falando de perda cognitiva por falta de estímulo, de perda funcional porque os idosos ficaram confinados, de perda nos vínculos sociais, porque eles também perderam amigos, filhos e não puderam se despedir das pessoas que eram importantes para eles”, resume Giacomini, lembrando ainda que será preciso lidar com o pós-covid, já que muitos idosos que contraíram a doença e sobreviveram podem ter comprometimento de saúde em função, por exemplo, do tempo de hospitalização. Groisman completa: “Claramente não houve uma resposta capaz de proteger a população idosa de uma forma mais rápida. A gente tinha setores da nossa sociedade que defendiam que quem tivesse que morrer poderia morrer porque já eram doentes ou idosos, já que as medidas de prevenção estavam fechando a economia”.



Pandemia mostrou como o faltam políticas públicas para o cuidado com os idosos, mas carência vem de décadas

## Onde falta o Estado

Ainda que a pandemia exigisse medidas adaptadas ao contexto, se o país tivesse um programa nacional de cuidadores, demanda antiga dos pesquisadores dessa área, parte desse problema estaria amenizado. Duas iniciativas municipais são reconhecidamente exitosas nesse sentido: o ‘Programa de Acompanhamento de Idosos’, de São Paulo, cidade que mais tem pessoas acima de 60 anos no Brasil, e o ‘Maior Cuidado’, em Belo Horizonte. “Foi o que salvou muita gente. Porque entre as funções dos acompanhantes está, por exemplo, ir ao médico com o idoso e ajudar com as atividades, já que ele não podia sair”, relata Duarte. Falando das atribuições dos cuidadores de idosos em geral, Groisman completa: “É um trabalho que envolve desde fazer companhia até ajudar uma pessoa a se vestir, tomar banho, se alimentar. São atividades cotidianas, que podem parecer naturais ou automáticas para grande parte da população, mas à medida em que uma pessoa necessita de ajuda para realizá-las, a existência de alguém para dar esse auxílio às vezes pode ser a diferença entre a vida e a morte”.

A promoção de iniciativas como essas beneficia não apenas os idosos que moram sozinhos, mas também as famílias sobre as quais recai a responsabilidade pelo cuidado. “Se você tem uma pessoa cuidadora, por exemplo, duas ou três vezes por semana na casa de um idoso que demanda cuidados, isso também faz com que as pessoas da família que cuidam possam ter um tempo para descansar, para fazer as suas próprias coisas, para ir ao banco, para ir ao médico. Se ela está nessa função direto, 24 horas por dia, não tem tempo para isso”, diz Groisman, chamando atenção para o fato de que, como boa parte dos idosos não têm condições de contratar um serviço como esse, o cuidado aos mais dependentes acaba acontecendo de forma não-remunerada, no âmbito da família, principalmente pelas mulheres, reforçando, inclusive, a desigualdade de gênero. Pesquisa coordenada por ele e por Dalia Romero, do Instituto de Comunicação e Informação em Ciência e Tecnologia da Fiocruz, durante a pandemia, mostrou que 92% das cuidadoras são mulheres, a maioria também com idade avançada, acima dos 50 anos.

Um terço executa esse trabalho sozinha e, no caso das cuidadoras familiares, mais de 73% desempenham essa função todos os dias da semana, com longas jornadas. E os relatos apontam que o tempo de dedicação aumentou durante a crise sanitária atual. “É óbvio que a gente precisa incorporar o acesso a cuidadores ou cuidadoras de pessoa idosa através da nossa seguridade social, tanto no SUAS [Sistema Único de Assistência Social] quanto no SUS [Sistema Único de Saúde], até porque contratar essas pessoas no mercado é um privilégio para poucas famílias na nossa população”, resume.

Nacionalmente, o SUS conta com um Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD) chamado ‘Melhor em casa’, que conta com uma equipe multidisciplinar para atendimento de pessoas, idosas ou não, com doenças agudas e crônicas graves. Groisman ressalta, no entanto, a diferença entre atendimento domiciliar, que ele descreve como uma consulta para promover alguma ação específica, e cuidado domiciliar, que, mais permanente, auxilia na vida cotidiana. Além disso, segundo ele, o número de atendimentos a idosos desse serviço caiu entre 2015 e 2018, últimos dados que ele sistematizou.

Foi pela constatação do que considera uma “situação absolutamente grave de desamparo, grande sofrimento e sobrecarga das pessoas cuidadoras de idosos” durante a pandemia que Groisman idealizou, institucionalmente, um novo curso voltado para essa área. Com a experiência de 12 anos de realização na formação de cuidadores de idosos no Rio de Janeiro, a EPSJV/Fiocruz agora está oferecendo curso para formadores de cuidadores, uma estratégia de multiplicação dos conceitos e práticas do cuidado, visando, segundo Groisman, que coordena a iniciativa, aumentar o alcance desses conhecimentos. Nessa primeira etapa, as vagas são para Macaé (AL), Palmas (TO) e outros cinco municípios da região metropolitana do Maranhão. No segundo semestre de 2022, deverá ser realizada uma turma também no Rio.

## Desafios para o SUS

Um programa de cuidadores de idosos em âmbito nacional, com dotação orçamentária adequada e execução territorializada, é parte da Política que os pesquisadores e profissionais envolvidos no debate sobre saúde do idoso cobram do Estado brasileiro. Mas não é a única: nesse pacote, sobram também desafios que envolvem mudanças nas práticas, nos serviços e até na formação para o Sistema Único de Saúde. Groisman contextualiza: “O SUS, assim como a maioria dos sistemas de saúde pública no mundo, foi concebido em uma lógica que historicamente privilegiou a assistência materno infantil. Agora, quando tem menos gente nascendo e mais gente idosa, com um aumento das doenças associadas ao envelhecimento, das doenças crônicas degenerativas, você precisa reorganizar o sistema para dar conta dessas situações”.

Para Yeda Duarte, isso impõe uma mudança já na formação dos profissionais de saúde. “Todo mundo aprende a cuidar de criança, todo mundo aprende a cuidar de gestante,

No Brasil, a educação ao longo da vida é o principal determinante de uma velhice saudável

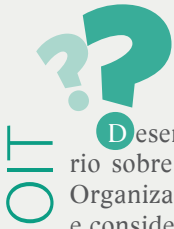


em qualquer curso da área de saúde. Agora, nem todo mundo aprende a cuidar de idoso. Como isso pode ser aceitável em um país envelhecido como o Brasil?”, critica. Ela reconhece um período em que o Ministério da Saúde chegou a elaborar cursos à distância para complementar a formação dos trabalhadores da saúde em relação ao envelhecimento, mas diz que, sem se tornar uma política pública, com divulgação e incentivo, por exemplo, essas iniciativas não têm longo alcance.

Em relação à organização dos serviços, os pesquisadores apontam a importância de a porta de entrada do sistema de saúde estar preparada para contribuir com um envelhecimento saudável da população brasileira. “Em relação à expansão do SUS, o mais importante é a atenção básica, que é capaz de prevenir em torno de 80% das complicações”, diz Maria Fernanda Lima-Costa. Além disso, faltam, na avaliação de Groisman, serviços de referência de geriatria territorializados, próximos às residências dos idosos, “para os casos em que a atenção secundária é necessária”. E isso, ressalta, envolve não apenas acesso ao médico geriatra, mas também a procedimentos relacionados à fisioterapia, psicologia, nutrição e serviço social, entre outros.

No SUS e para além dele, Groisman resume o desafio: “A maneira como a gente cuida dos nossos idosos ou das pessoas que não correspondem aos ideais de autonomia e independência fala muito sobre a sociedade em que a gente vive. E o que a gente vem vendo é um gerontocídio silencioso, que se escancarou na pandemia, mas que já vinha acontecendo, sobretudo entre os mais pobres”, diz. E completa: “Eu não quero envelhecer numa sociedade assim”. ○





**D**esemprego recorde e acima do esperado. Em seu oitavo relatório sobre taxa de ocupação, divulgado no final de outubro passado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) revisou suas estimativas e considerou que o número total de horas trabalhadas em 2021 sofreria uma redução de 4,3% dos níveis anteriores à pandemia, considerando-se os dados do quarto trimestre de 2019. Isso significa a perda de 125 milhões de empregos em tempo integral, 25 milhões a mais do que as estimativas divulgadas em junho. A queda no número de postos de trabalho varia para mais quanto maior for a desigualdade social da região em que se encontra o país, o que, no contexto da crise sanitária, motiva a entidade a pressionar pela distribuição mais equitativa das vacinas e maior proteção social. De acordo com o relatório, para cada 14 pessoas totalmente vacinadas no segundo trimestre de 2021, um emprego de tempo integral foi gerado no mundo. “Sem as vacinas, a perda de horas de trabalho em todo o mundo teria sido de 6% no segundo trimestre de 2021 e não os 4,8% realmente registrados”, declarou em comunicado.

Em outro relatório divulgado em maio de 2021, a Organização informou que o número de resgates de trabalhadores em situação análoga à escravidão cresceu em 2020 em diversos municípios brasileiros, e a maior parte das atuações, comumente realizadas no Pará e Maranhão, ocorreram em Minas Gerais (com um terço dos 942 casos) e Distrito Federal (78). De acordo com o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela OIT, entre 1995 e 2020, 55,7 mil trabalhadores foram encontrados nessa condição de ‘escravidão’.

A produção de dados como esses e a promoção de boas condições de trabalho, seja com a elaboração de cursos para adoção de normas, parcerias para estudos de cadeias produtivas e cobrança de ações por parte de governos e empregadores, estão entre as atribuições da OIT. Criada em 1919, a entidade é a mais antiga entre os organismos internacionais.

Para ser membro da organização o país precisa aderir à Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, adotada na Conferência de 1998. Esses direitos e princípios são “o respeito à liberdade sindical e de associação e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva, a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório, a efetiva abolição do trabalho infantil e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação”, como define a Declaração. Dos 195 países existentes, 187 fazem parte da OIT.

As ideias presentes nessa declaração estão sintetizadas na Agenda de Promoção do Trabalho Decente da entidade, que funciona como um documento inicial para que cada país estabeleça seu plano de promoção do “trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”. O Brasil lançou seu plano em 2010.

### Como funciona

A atuação da OIT junto aos países se dá por meio de recomendações, definidas a partir da maioria simples, e convenções, que requerem o aceite de pelo menos dois terços dos votantes. Uma vez que determinada convenção é aprovada, os países devem submeter a norma à incorporação em seu sistema jurídico, ou seja, ter aprovação do congresso nacional. O que não é algo simples. “As convenções do trabalho são documentos que, quando os países assinam, passam a assumir um caráter obrigatório que se transforma numa lei para dentro desse país. Então, o que a gente vem observando é que cada vez menos a OIT estabelece convenções porque elas são mandatórias e muito mais difíceis de serem aplicadas dentro dos países”, explica Marcela Pronko, professora-pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). O professor da Universidade Federal

Fluminense (UFF) Norberto Ferreras concorda e cita, como exemplo, o fato de a Convenção 21, que trata do trabalho forçado, não ter sido ratificada pelos Estados Unidos. “E sem a presença dos Estados Unidos, essa convenção fica um pouco fraca”, avalia.

O Brasil tem 82 convenções da OIT ratificadas em vigor. Em seu site, a Organização informa que a única convenção importante da qual o Brasil não é signatário é a de número 87, que fala da liberdade sindical. Isso se deve a um debate de longa data mesmo entre sindicalistas, que entendem que a forma de organização proposta pela Convenção é diferente da prevista na Constituição de 1988, que fala em unicidade e reunião dos sindicatos em centrais. Por outro lado, o respeito à liberdade sindical no sentido da garantia de atuação e voz aos sindicatos já está aceito, uma vez que esse princípio está previsto na própria Declaração de 1998. Ao todo, a OIT tem 189 convenções aprovadas, mas muitas delas falam de trabalhos específicos, especialmente o marítimo. A discussão sobre resoluções e convenções é feita anualmente em Conferência na sede do órgão em Genebra, na Suíça.

A OIT é o único organismo internacional que tem uma composição tripartite, que reúne representantes dos Estados nacionais, dos trabalhadores e dos empresários. Segundo Marcela Pronko, a opção por essa forma de organização foi influenciada pela doutrina social da Igreja Católica que, em duas encíclicas, uma de 1890 e outra de 1930, discutia as relações entre capital e trabalho e propunha uma discussão conciliadora entre as partes, em que o Estado apareceria como árbitro, com posição de neutralidade. “Na prática, o que a gente observa, numa perspectiva crítica, é que os governos nos países capitalistas tendem a favorecer as posições dos empregadores”, avalia.

### Produção técnica

A produção de pesquisas sobre a situação de diferentes cadeias de produção e o respeito às normas estabelecidas, a projeção sobre o trabalho do futuro e a capacidade de inclusão dos esforços existentes estão entre os

temas de estudos lançados pela OIT, função importante da Organização. A contribuição da OIT também inclui a produção de informes sobre o cumprimento das convenções e recomendações ao redor do mundo e esforços para a realização de cursos para que normas de segurança no trabalho e promoção da saúde, por exemplo, sejam cumpridas. “Do ponto de vista da produção de conhecimento, a OIT já teve mais [atuação], mas ela continua sendo um espaço interessante de observação e pesquisa sobre o que acontece com o mundo de trabalho. Sobretudo porque, como é uma organização tripartite, ela se alimenta dos dados que provêm das três fontes – governos, empresários e trabalhadores –, então pode alcançar o campo de missão muito maior do que qualquer outra iniciativa do tipo”, diz Pronko. O historiador Norberto Ferreras destaca ainda que o fortalecimento do caráter técnico da OIT permitiu a produção de documentos com dados mais detalhados sobre as diferentes categorias profissionais.

A diretora-adjunta do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) Patrícia Pelatieri conta que, atualmente, a organização também discute uma padronização de coleta de dados sobre a situação de trabalho no mundo para que eles sejam comparáveis. “Nas conferências de estatísticas do trabalho – a última aconteceu em 2018 –, se discutem conceitos, definições e aprimoramento dos indicadores de mercado de trabalho. As pesquisas aqui realizadas não só pelo Dieese, mas pelo IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] ou mesmo o Ministério do Trabalho, têm que se adequar a essas definições internacionais”, diz.

### Capacidade de cobrança

Apesar de monitorar o cumprimento das convenções por meio de relatórios e observatórios, do trabalho infantil e do trabalho escravo, como ocorre no Brasil, a OIT não exerce poder de polícia. Ainda assim, a diretora adjunta do Dieese diz que “é importante o reconhecimento desses

abusos por parte da OIT”. Segundo ela, esse posicionamento “tem peso” nos processos que são abertos internamente aos países. “A OIT é muito respeitada e isso faz diferença”, diz.

No Brasil, a recente Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) aprovada no governo de Michel Temer foi denunciada à OIT sob o argumento de que violava a Convenção 98, que trata da possibilidade de negociação coletiva. Em resposta, a Organização pediu que o governo realizasse estudos para indicar o impacto da mudança na legislação trabalhista e preparasse consultas para ouvir trabalhadores e empregadores. A principal repercussão da denúncia foi a entrada do Brasil na “lista suja” da entidade, o que colocou a situação do país na pauta de discussões das Conferências de 2018 e 2019. Em 2020 não houve reunião devido à pandemia, e em junho de 2021 foi anunciado que a denúncia não estaria na pauta da Conferência do final do ano, o que foi motivo de comemoração da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), entidade patronal com representação na OIT. A reação do governo brasileiro veio já no mandato do presidente Jair Bolsonaro, que negou qualquer violação da legislação trabalhista e considerou o pedido de explicações como um ataque à soberania do país.

Atualmente, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 177/2021, que propõe que o Brasil deixe de ratificar a Convenção 169 da OIT. Essa convenção prevê a proteção das populações indígenas e quilombolas, não apenas do ponto de vista trabalhista, como também do seu direito à terra, e cobra que essas populações tenham voz sobre os rumos de seu desenvolvimento, estabelecendo a necessidade de consultas prévias sobre medidas administrativas e legislativas que as afetem diretamente, como no caso da liberação da mineração em terras indígenas. Nota técnica do Ministério Público Federal já manifestou posição contrária ao PDL.

Para Marcela Pronko, a OIT é importante nos casos “em que a atuação dos governos e dos empregadores é flagrantemente contrária a qualquer interesse trabalhista”. Nessas situações, diz, a entidade “pode ser um lugar de ajuda, acolhimento e reverberação das reivindicações, mas nos limites do que é feito dentro do capitalismo”. Garantir a liberdade sindical é o ponto forte da entidade, segundo Norberto Ferreras. “As discussões da OIT não têm uma repercussão tão forte como aquelas do Conselho de Segurança da ONU [Organização das Nações Unidas], que todo mundo fica sabendo. Mas a OIT cumpre um papel importante em dar visibilidade internacional a questões vinculadas com as liberdades sindicais”, diz.

Os países que mais conseguem cumprir as recomendações preconizadas pela OIT, de acordo com Marcela Pronko, são os do capitalismo central, em especial os países nórdicos. “Eles têm conseguido resguardar uma série de direitos relativos ao trabalho, que provêm de uma divisão internacional do trabalho que coloca esses países como historicamente beneficiados pela possibilidade de usufruir de uma riqueza que não necessariamente eles produzem, que é produzida nos países da periferia do capitalismo”, argumenta

Há pouca formalização por parte da entidade sobre os passos que devem ser seguidos para se realizar denúncias, propor convenções ou fazer pedidos de estudos por parte dos trabalhadores, de acordo com Ferreras. Entre as experiências bem-sucedidas de denúncias de trabalhadores está a organização de empregadas domésticas da África do Sul e do Brasil, que conseguiram levar uma representação importante para a Conferência anual da OIT e tê-la aprovada em 2011. Dois anos depois, a Proposta de Emenda Constitucional 66/2012, conhecida como PEC das Domésticas, foi aprovada pelo Congresso brasileiro. A ratificação da Convenção 189, que trata do trabalho decente para empregadas domésticas, ocorreu em 2018 no Brasil. ○

*Poética (1922, Manuel Bandeira)*

Estou farto do lirismo comedido  
Do lirismo bem comportado  
Do lirismo funcionário público com  
livro de ponto expediente protocolo e  
manifestações de apreço ao sr. diretor.

Estou farto do lirismo que pára e  
vai averiguar no dicionário o cunho  
vernáculo de um vocábulo.

Abaixo os puristas.

Todas as palavras sobretudo os  
barbarismos universais

Todas as construções sobretudo as  
syntaxes de exceção

Todos os ritmos sobretudo os  
inumeráveis

Estou farto do lirismo namorador  
Político

Raquítico

Sifilítico

De todo lirismo que capitula ao que  
quer que seja fora de si mesmo.

De resto não é lirismo

Será contabilidade tabela de cossenos  
secretário do amante exemplar com  
cem modelos de cartas e as diferentes  
maneiras de agradecer mulheres, etc.

Quero antes o lirismo dos loucos

O lirismo dos bêbados

O lirismo difícil e pungente dos  
bêbados

O lirismo dos clowns de Shakespeare.

- Não quero saber do lirismo que  
não é libertação.

# 100 ANOS DA SEMANA DE ARTE MODERNA

O Pós-Primeira Guerra Mundial fo-  
mentou inúmeros movimentos artísticos  
pelo mundo, como Dadaísmo, Cubismo e  
Futurismo. E no Brasil não foi diferente:  
há exatos 100 anos, acontecia por aqui a  
Semana de Arte Moderna.

O Brasil vivia a decadência da produção  
de café no Sudeste e da borracha no Norte  
e dava os primeiros passos na industria-  
lização e urbanização. Ideias comunistas  
fervilham entre a classe operária, formada  
majoritariamente por imigrantes europeus  
chegados na década anterior - em parte  
como estratégia eugenista de embranque-  
cimento dos trabalhadores. Em 1917, tinha  
ocorrido a primeira greve geral do país, que  
conquistou melhorias salariais e de condi-  
ções de trabalho. Em meio a tantas mudan-  
ças, que viriam a se consolidar nas décadas  
seguintes, a 'Semana de 22' trouxe questio-  
namentos diretos aos costumes da época.

O evento, realizado entre os dias 13 e 18  
de fevereiro, no Theatro Municipal de São  
Paulo com financiamento da oligarquia  
cafeira, apresentou a primeira geração de  
artistas modernistas do país. Eles criticaram  
os valores e reivindicavam uma arte com  
identidade nacional, mas que absorvesse  
influências estrangeiras, como mais tarde  
sintetizaria o Manifesto Antropofágico,  
escrito por Mário de Andrade em 1928.



**100 ANOS DE PAULO FREIRE**  
 Veja como a história, a obra e a herança do patrono da educação se confundem com o pensamento político nacional e internacional.

**Jornalismo Público em Saúde, Educação e Trabalho**

Voltada para profissionais de saúde e educação, estudantes, pesquisadores e militantes, a Poli é uma revista de distribuição gratuita

Solicite a sua assinatura pelo site: [www.epsjv.fiocruz.br/revista/receba](http://www.epsjv.fiocruz.br/revista/receba)

